



RESPOSTA DO ESTADO BRASILEIRO

RESPOSTA DO ESTADO BRASILEIRO

*Questionário sobre a aplicação da Plataforma de Ação de Beijing (1995) e os
Resultados do vigésimo-terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000)*

*Brasília
Fevereiro de 2005*

Apresentação

Entre os dias 28 de fevereiro e 11 de março de 2005, acontecerá em Nova Iorque, a 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher – CSW, da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa reunião reveste-se de grande importância, pois tem como pauta a avaliação dos 10 anos da Plataforma de Ação de Beijing (Beijing + 10), além de comemorar o trigésimo aniversário da Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu no México, em 1975.

Em seu programa de trabalho, a CSW no período Quadragésimo Nono, vai realizar um exame e avaliar a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, aprovadas na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), e dos resultados do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000).

Como parte desta avaliação a CSW/ONU enviou aos Governos o “Questionário sobre a aplicação da Plataforma de Ação de Beijing (1995) e os resultados do vigésimo-terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000)”.

Por ocasião da realização deste “Diálogo Nacional - Beijing + 10: Avanços e Desafios” apresentamos o texto original da Resposta do Estado Brasileiro ao Questionário, encaminhado à CSW/ONU, em abril de 2004. Desde o seu envio, muito se fez no país no campo dos direitos das mulheres, a exemplo da realização, em julho de 2004, da Iª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e do lançamento, no final do ano, do Plano Nacional de Política para as Mulheres.

Introdução

No ano 2000, o Governo Brasileiro apresentou à Assembléia Geral das Nações Unidas o Relatório Nacional sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Naquele Relatório, o Governo Brasileiro refere-se à Conferência de Beijing como um marco, tanto para o Estado como para a sociedade civil no país, reconhecendo a Plataforma como um instrumento que consolida avanços anteriores e indica perspectivas para o futuro. O Relatório menciona avanços e dificuldades no processo de implementação da Plataforma e refere-se a cada uma de suas treze esferas de especial preocupação.

O presente documento procura responder às indagações elencadas no “Questionário sobre a aplicação da Plataforma de Ação de Beijing (1995) e os resultados do vigésimo-terceiro período extraordinário de sessões da Assembléia Geral (2000)”. Para isso, levará em consideração as informações do Relatório Beijing + 5 e objetivará complementá-las, bem como atualizá-las, utilizando prioritariamente as seguintes fontes: Relatório apresentado pelo Estado Brasileiro ao Comitê das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) em 2002; Documento do Movimento de Mulheres apresentado ao Comitê CEDAW em 2003; “Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê CEDAW”, de 2003;

“Plataforma Política Feminista”, resultado da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras de 2002; documentos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, contribuições de especialistas para este texto e documentos esparsos, como páginas de internet.¹

Este documento buscará também incorporar a perspectiva de raça e etnia ao longo de todo seu texto. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira se declara branca, 45,4% preta ou parda, e os demais, amarelos e indígenas. A maioria da população negra é composta por descendentes de africanos trazidos ao Brasil e escravizados oficialmente até 1888, tendo sido o Brasil o último país ocidental a abolir a escravidão. As conseqüências históricas da marginalização dos afro-brasileiros traduzem um quadro de desigualdade e violência estrutural que alcança de forma desproporcional a população afro-descendente, persistindo as manifestações de racismo. No Brasil, os afros-descendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes², sendo que, se o índice de desenvolvimento humano geral, em 2000, figurava o país em 74º lugar, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afro-descendente indicava a 108ª posição, enquanto o IDH relativo à população branca indicava a 43ª posição³. Faz-se relevante mencionar que a discriminação de gênero e de raça incide, associada, na vida das mulheres afros-descendentes. Os critérios de gênero e raça atravessam os diferentes níveis de reprodução da desigualdade e exclusão social. A pobreza e a desigualdade econômico-social afetam de forma desproporcional as mulheres,

¹ Ver relação de anexos ao final deste documento.

² Ipea afirma que racismo só será combatido com política específica, Folha de São Paulo, A6, 8 de julho de 2001.

³ Ver Marcelo Paixão, *Brasil 2000 – Novos marcos para as relações raciais*.

as populações afros-descendentes e indígenas no Brasil. A incidência da pobreza é claramente mais acentuada entre as mulheres afros-descendentes e as que vivem nas áreas rurais.

Primeira Parte – Panorama geral

O Governo brasileiro, ciente das graves desigualdades existentes na sociedade brasileira, tem procurado adotar medidas emergenciais e estruturais para enfrentá-las. A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, tratando estes temas como transversais a todas as políticas do governo, são exemplos da determinação existente no sentido da transformação desse quadro.

O Brasil figura como o 4º país com maior concentração de renda do mundo, apenas perdendo para Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia. A renda média dos 10% mais ricos é 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres⁴. Às profundas desigualdades sociais somam-se as diversidades regionais e a discriminação com base em raça/etnia e gênero.

Verifica-se a tendência da feminização da pobreza e a persistência de níveis de salários diferentes entre homens e mulheres. Na esfera do trabalho, os homens recebem em média um salário 42% superior ao das mulheres. Há uma forte segmentação ocupacional no mercado de trabalho, na medida em que os homens

⁴ Flavia Piovesan e Sílvia Pimentel, *Contribuição a partir da perspectiva de gênero ao relatório alternativo sobre o PIDESE*, CLADEM, Brasil, dezembro de 2002.

concentram-se nos postos de trabalho dos setores melhor remunerados – as ocupações dos setores industriais e produtivos - enquanto as mulheres desempenham as atividades relacionadas aos serviços pessoais e sociais, associadas aos menores salários⁵. Além disso, a sociedade brasileira vem sofrendo as conseqüências das políticas de ajuste estrutural, que atingiram de maneira mais contundente a população feminina.

Ao longo da última década, algumas políticas públicas geraram impacto positivo, a exemplo da expansão do ensino fundamental, estando este hoje praticamente universalizado no Brasil. Dessa forma os índices gerais de analfabetismo foram reduzidos com vantagem para a população feminina. O nível de escolaridade cresceu, assim como o número de estudantes matriculados – o que, porém, não representou uma melhoria na qualidade de ensino. Tampouco se eliminou o diferencial entre salários de homens e mulheres, que se mantém em todos os níveis de escolaridade.

Na área da saúde, políticas públicas de assistência pré-natal e ao recém-nascido levaram a uma drástica queda da mortalidade infantil.⁶ Apesar desse bom resultado, a atenção à saúde sexual e reprodutiva da mulher ainda é inadequada. A mortalidade materna é um dos mais sérios problemas de saúde no Brasil. A taxa, no início da década de 90, alcançava 114,20 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Os dados oficiais indicam que houve, ao longo da década, uma importante redução. No período de 95-97 era de 57,17/100 mil, em 1998 a proporção foi

⁵ Idem.

⁶ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, *Dados sobre mulher associados a pobreza, economia e educação* (texto elaborado com informações extraídas da Síntese dos Indicadores Sociais 2002 e 2003 – IBGE e do Relatório Nacional Brasileiro CEDAW), p. 2-3.

de 40/100mil. As estimativas apresentadas indicaram que, anualmente, ocorrem cinco mil mortes maternas e que 96% delas poderiam ser evitadas⁷, sendo que 65,9% das vítimas de morte materna seriam totalmente dependentes do serviço público de saúde⁸. Quanto à prática do aborto, estudos indicam que cerca de um milhão de mulheres, incluindo mães de família, recorrem ao aborto todos os anos. Como, em geral, os abortos são realizados clandestinamente – por meio de procedimentos que resultam em infecções e até em morte – é impossível estabelecer um número preciso. Além do despreparo dos profissionais e dos serviços, a clandestinidade retarda o socorro às vítimas. O aborto, realizado em condições inseguras, é a quarta causa de mortalidade materna no País. Ainda no campo da saúde, cabe enfatizar ser freqüente a gravidez na adolescência. A este dado, soma-se o fato de que menos de 20% das mulheres realizam o exame de Papanicolau e 65% delas não adotam nenhuma medida para se proteger do HIV.

Em relação à ocupação de espaços de poder, o Brasil adotou uma legislação que estabelece cotas para candidatas mulheres e que gerou inicialmente um efeito positivo. Entretanto, os partidos políticos nem sempre cumprem tais cotas e, atualmente, entende-se que outras ações afirmativas são necessárias para aumentar a participação da mulher nas altas esferas de poder político.

No âmbito legal, a última década registrou avanços como a aprovação do Novo Código Civil, que eliminou a maioria das disposições discriminatórias

⁷ Folheto Mortalidade Materna, Rede Nacional Feminista de Saúde. In: *Contribuição a partir da perspectiva de gênero ao relatório alternativo sobre o PIDESE*, CLADEM, Brasil, dezembro de 2002.

⁸ Ver relatório - *Mortalidade Materna e o Direitos Humanos: As Mulheres e o Direito de viver livre de morte materna evitável*, Advocacy, 2004 (no prelo).

presentes no antigo Código. Além disso, foram adotadas medidas normativas fundamentais ao pleno exercício dos direitos humanos das mulheres, cabendo destaque: à criminalização do assédio sexual (Lei 10.224, de 15 de maio de 2001); à proibição de discriminação contra a mulher na legislação trabalhista, vedando-se a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho (Lei 9.029, de 13 de abril de 1995); à proteção especial da mulher do mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (9.799, de 26 de maio de 1999); ao estabelecimento de notificação compulsória do óbito materno para investigação de suas causas e adoção de medidas que possam evitá-las (Portaria do Ministério da Saúde nº 653/GM de 28 maio de 2003); ao planejamento familiar no âmbito do atendimento global e integral à saúde (Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996); à notificação compulsória, no território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados (Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003). Recentemente, o Decreto 5.030, de 31 de março de 2004, instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial, que conta com a participação da sociedade civil e do Governo, para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher. O Grupo elaborou uma proposta de legislação especial relativa à violência doméstica e familiar.

O Estado Brasileiro vem consolidando seu compromisso com os direitos humanos no âmbito internacional, submetendo-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional. Também aceitou a competência do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Racismo

(CERD) para receber denúncias individuais e ratificou o Protocolo Facultativo à CEDAW.

Além disso, o Brasil apresentou o primeiro Relatório Nacional ao Comitê CEDAW e defendeu-o durante sessão realizada em 2003. Em 2002, submeteu relatório ao Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos e Sociais, incluindo um capítulo sobre a situação das mulheres, o qual foi apresentado ao Comitê por representantes do movimento de mulheres em 2002. No âmbito das negociações multilaterais de livre comércio, vale mencionar que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) representa o Brasil na Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL (REM). O Brasil, por meio da SPM, tem tido um papel importante na discussão das questões de gênero na arena internacional. Foi sede, pela primeira vez, de duas reuniões técnicas preparatórias de encontros da ONU, uma preparatória da 48ª Sessão da CSW e outra preparatória da Nona Conferência Regional sobre a Mulher, da CEPAL. Tem ainda participado ativamente das reuniões da CIM – Comissão Interamericana de Mulheres e em julho próximo a SPM irá assumir a presidência pró tempore da REM.

Sobre Metas do Milênio, há que se destacar que o Brasil apresenta taxas semelhantes para meninos e meninas no ingresso e conclusão do ensino fundamental. Quanto ao combate ao analfabetismo, percebe-se que, durante a década de 90, a porcentagem de mulheres alfabetizadas superou a porcentagem de homens alfabetizados, revertendo-se quadro anterior. Na segunda parte deste documento, encontram-se maiores informações sobre

esses dados, assim como sobre outros indicadores para as Metas do Milênio, como a proporção de assentos no parlamento e sobre saúde materna.

No que se refere à implementação da Plataforma de Beijing, o Governo Brasileiro reestruturou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, após a Conferência, com vistas a torná-lo mais apto para propor, implementar e avaliar políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero, conforme será apreciado na terceira parte deste documento, concernente ao desenvolvimento institucional.

Em janeiro de 2003, foi instituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República e com status de Ministério. A SPM tem a atribuição de formular, coordenar, acompanhar e em alguns casos executar políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, sendo responsável pelo acompanhamento da implementação da Plataforma de Beijing. Buscando garantir a transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas do Governo Federal, a SPM tem procurado influenciar no desenho dos programas elencados no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, mantendo um diálogo contínuo com a sociedade civil. Nesse sentido, realizará em julho de 2004 a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que proporrá diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Para a promoção dos direitos humanos das mulheres, além da atuação específica da SPM, cabe também destaque à atuação articulada da SPM com outras relevantes esferas governamentais, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (criada ineditamente pela

Lei 10.678, de 23 de maio de 2003) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Estas três Secretarias, com status de Ministério, são ligadas diretamente à Presidência da República.

Com este esforço, a SPM visa a criar condições para a efetiva superação de sérios problemas identificados no campo das políticas públicas⁹. A SPM está comprometida, precisamente, com a elaboração de políticas públicas que garantam ações e programas governamentais integrados, articulados, contínuos e acessíveis a todas as mulheres, considerando as especificidades e peculiaridades regionais.

Conclui-se, portanto, que ainda devem ser criados e fortalecidos mecanismos institucionais de monitoramento das metas de promoção da equidade de gênero na execução de políticas públicas, o que inclui o incremento do orçamento alocado para a área. O fortalecimento desses mecanismos revela-se especialmente importante quando se verifica a atual conjuntura econômica vivida no Brasil.

⁹ O Brasil e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Documento do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações, Brasília, 2003, parágrafo 27. Na avaliação do Movimento de Mulheres, as ações e programas governamentais têm sido pontuais, desarticulados, descontínuos, fragmentados e inacessíveis para muitas mulheres, particularmente para aquelas que vivem longe dos centros urbanos. Considera ainda que as políticas não se adequam à diversidade das mulheres, deixando de levar em conta suas especificidades e peculiaridades.

Segunda Parte – progressos alcançados nas esferas de especial preocupação da Plataforma de Ação de Beijing

Nesta Segunda Parte, serão relatadas e analisadas algumas iniciativas do Estado e da sociedade civil relacionadas às treze esferas de especial preocupação da Plataforma de Ação de Beijing. Vale ressaltar que este documento não tem o objetivo de expor um diagnóstico abrangente sobre a situação das mulheres no Brasil, o que pode ser encontrado no Relatório apresentado pelo Brasil ao Comitê CEDAW em 2002, cujas informações foram atualizadas pelo documento “Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê CEDAW”, ambos anexos a este texto.

A mulher e a pobreza

Indicadores sociais de 2002 e 2003 indicam avanços, sobretudo nas áreas de saúde¹⁰, educação¹¹ e condição dos domicílios¹², alcançando homens e mulheres.

¹⁰ Ver sub-capítulo *infra* “A mulher e a saúde”.

¹¹ Ver sub-capítulo *infra* “Educação e capacitação da mulher”.

¹² Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, *Dados sobre mulher associados a pobreza, economia e educação* (texto elaborado com informações extraídas da Síntese dos Indicadores Sociais 2002 e 2003 – IBGE e do Relatório Nacional Brasileiro CEDAW), p. 3. Segundo os autores: “A iluminação elétrica foi o [o serviço essencial] que atingiu a maior cobertura, em 1999 atendia a 94,8% das habitações e atingiu 96% em 2001. A proporção de residências atendidas por serviço de coleta de lixo passou de 80,0% em 1999 para 83,2% em 2001. Quanto às condições de saneamento básico, em 2001 havia 18,9% das moradias que não eram atendidas por rede geral de abastecimento de água e 33,2% que não dispunham de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada a rede coletora de esgoto ou fossa séptica). Em 1999, estes percentuais estavam, respectivamente, em 20,2% e 35,3%.” (op.cit. p.3)

Entretanto, a distância entre ricos e pobres, assim como a desigualdade regional, ainda é grande no país.¹³ As mulheres ganham menos do que os homens mesmo que tenham o mesmo vínculo de trabalho, trabalhem o mesmo número de horas, exerçam as mesmas profissões e tenham a mesma escolaridade que eles. Além disso, a diferença de rendimentos entre os sexos também se faz presente nos diversos setores econômicos.¹⁴

Banco de informações sobre o trabalho das mulheres no Brasil, que contém séries históricas a partir de 1970, com estatísticas sobre o crescimento do trabalho feminino, a relação entre a família e o trabalho feminino, escolaridade e trabalho, o lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho e a qualidade do trabalho feminino, apresentadas em forma de tabelas, acompanhadas de textos explicativos e de notas metodológicas. *Equipe responsável*: Cristina Bruschini (coordenação), Maria Rosa Lombardi (concepção, planejamento, execução e acompanhamento).

Sobretudo, há que se registrar a persistência do processo de feminização da pobreza. Além disso, a realidade das mulheres não-brancas, em especial as afros-descendentes, é ainda mais dramática. De acordo com dados mencionados no Relatório apresentado pelo Brasil ao Comitê CEDAW, “os rendimentos das mulheres não brancas chegam a ser 70% inferiores aos

¹³ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, *Dados sobre mulher associados a pobreza, economia e educação* (texto elaborado com informações extraídas da Síntese dos Indicadores Sociais 2002 e 2003 – IBGE e do Relatório Nacional Brasileiro CEDAW), p. 3.

¹⁴ Banco de informações sobre o trabalho das mulheres no Brasil, que contém séries históricas a partir de 1970, com estatísticas sobre o crescimento do trabalho feminino, a relação entre a família e o trabalho feminino, escolaridade e trabalho, o lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho e a qualidade do trabalho feminino, apresentadas em forma de tabelas, acompanhadas de textos explicativos e de notas metodológicas. *Equipe responsável*: Cristina Bruschini (coordenação), Maria Rosa Lombardi (concepção, planejamento, execução e acompanhamento).

rendimentos dos homens brancos e 53% inferiores aos rendimentos das mulheres brancas. São também 40% inferiores aos rendimentos dos homens não-brancos.”¹⁵

Nos últimos dez anos, têm surgido iniciativas governamentais e não-governamentais de alcance limitado que privilegiam as mulheres em políticas de acesso a recursos econômicos. Algumas foram originalmente desenhadas com o objetivo de atender prioritariamente mulheres, enquanto outras se destinavam à população de baixa renda e, por conseqüência, atenderam especialmente mulheres. Como ilustração podem ser citadas as experiências de micro-crédito¹⁶ e titularidade para as mulheres em programas sociais, como os de reforma agrária.¹⁷

O Programa Fome Zero é uma dessas iniciativas governamentais que buscam enfrentar a pobreza, com especial atenção às mulheres.¹⁸ Reconhecendo o direito à alimentação e buscando erradicar a pobreza extrema e a fome, o

Programa busca instituir uma política permanente de segurança alimentar que, em gestão participativa, enfrente as fontes estruturais da fome e da pobreza, envolvendo todos os Ministérios do Governo Federal assim como os Governos Estaduais e Municipais e toda a sociedade brasileira. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo como instância superior o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e como instâncias locais os Comitês Gestores, sendo relevante mencionar que Governo e sociedade civil estão representados nos dois órgãos.

O Fome Zero compreende ações de caráter emergencial, como a melhoria da merenda escolar e a distribuição do cartão-alimentação, que destina recursos pecuniários a famílias de baixa renda para a compra de alimentos. Também inclui ações de caráter estrutural, como a construção de estações de tratamento de água, a expansão da eletrificação rural, os programas de habitação e as ações de geração de emprego e renda nas áreas rurais, a exemplo do apoio à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária.

Em relação às mulheres, o Fome Zero desenvolve ações de combate à desnutrição e à mortalidade infantil e materna, de educação em saúde, com ênfase na gravidez na adolescência e no estímulo ao aleitamento materno. Partindo do pressuposto de que as mulheres administram melhor o orçamento doméstico, o Programa transfere recursos preferencialmente às mulheres.

Ressalte-se que, em 09 de janeiro de 2004, foi adotada a Lei 10.836, que criou o Programa Bolsa Família, tendo por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima

¹⁵ Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, coordenação de Flávia Piovesan e Sílvia Pimentel, *Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*, Brasília, 2002, p. 103.

¹⁶ Apesar da escassez de dados sobre o assunto, uma rápida busca na internet indica a pluralidade de iniciativas de microcrédito. A título de exemplo, pode-se mencionar: mais de 50% dos clientes do “Banco do Povo” no município de Belém do Pará são mulheres (<http://www.prefeituradebelem.com.br/artigo.asp?artigoId=768>); 80% dos beneficiários do “Banco do Povo” no município de Blumenau são mulheres (<http://td257.hospedagemweb.com.br/construindo/construindo04.htm>); 58% dos beneficiados pelo “Banco do Povo” de Goiânia são mulheres (<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/finalistas1634.asp>). (todas as páginas web mencionadas nesta nota foram visitadas em 4 de junho de 2004.)

¹⁷ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), *Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW*, Série Documentos, Brasília, 2004, p.21.

¹⁸ As informações sobre o Programa Fome Zero foram extraídas do documento “Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê CEDAW”, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Série Documentos, Brasília, 2004, e da página web www.fomezero.gov.br, visitada em 29 de maio de 2004.

vinculado à Educação Bolsa Escola, instituído pela Lei 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº. 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n.2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n.4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001. O pagamento dos benefícios previstos pelo Programa Bolsa Família será feito preferencialmente às mulheres. A concessão dos benefícios é condicionado ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde e à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular, nos termos do artigo 3º da Lei 10.836/04.

Educação e capacitação da mulher

Durante a década de 90, a taxa de analfabetismo na população brasileira diminuiu de 20,07% para 12,63%, registrando-se uma queda maior entre as mulheres. Em 1991, havia 80,15% de homens alfabetizados e, em 2000, 86,23%. No mesmo período, o índice de mulheres alfabetizadas passou de 79,72% para 86,50%.¹⁹

Em 1999, 23% dos brasileiros e 27% das brasileiras puderam contabilizar uma trajetória escolar com 9 anos de estudo e mais, correspondente aos graus

médio e universitário de ensino. Três anos depois, em 2002, as proporções de homens e mulheres que conseguiram chegar até esses níveis de escolaridade aumentam, as mulheres brasileiras na frente: 31% delas e 28% deles.²⁰

Entretanto, ainda se verifica, uma forte tendência à segmentação sexual dos ramos de ensino.²¹ Na escola, as mulheres tendem a seguir cursos propedêuticos e os homens, cursos profissionais.²² No ensino superior, as carreiras de Ciências Humanas e Sociais tendem a ser mais femininas e as de Ciências Exatas e Tecnológicas, mais masculinas.²³ Um exemplo de ocupação majoritariamente feminina é o magistério, carreira com baixa remuneração, que conta com 80% de trabalhadoras. Considerando que o magistério é um dos principais nichos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, medidas para a valorização da profissão contribuiriam para a melhoria do ensino, bem como para a diminuição do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres.

²⁰ http://www.fcc.org.br:8080/servlets/mulher/series_historicas?pg=ghgm.html (A prevalência das mulheres entre os mais escolarizados ocorre a partir do ensino médio e se estende ao 3º Grau: em 2002, 54% das matrículas no ensino médio eram de mulheres, bem como 56% dos ingressantes no ensino superior pelo vestibular. Outro traço relevante no processo de aquisição de maiores níveis de escolarização é que além da maioria das matrículas nesses níveis de ensino serem femininas, as mulheres também estão em maior número entre os concluintes : em 2002, as moças representavam 58% e 63% dos concluintes, respectivamente, do ensino médio e superior. No âmbito da educação profissional, entretanto, a presença das mulheres é menos expressiva, girando em torno de 1/3 das matrículas nos níveis básico e tecnológico e 41% no nível técnico.)

²¹ Op.cit. p. 146.

²² Op.cit. p. 146.

²³ Tanto no ensino superior, como na educação profissional, quando se observam as opções femininas segundo as áreas de conhecimento, nota-se a existência de algumas mais permeáveis à presença das mulheres e outras nem tanto, sinalizando a futura reprodução em “nichos” ou “guetos” ocupacionais femininos no mercado de trabalho. No ensino superior, por exemplo, quando se verifica o ingresso pelo vestibular em toda a década de 90, as mulheres só não são a maioria em três áreas, a saber, Ciências, matemática e computação, Agricultura e veterinária e em Engenharia, produção e construção, sendo esta última a mais refratária ao ingresso das moças (apenas 26%) . Em contrapartida, em 2002 elas representam 75% dos que optaram por Educação, 63% dentre os que escolheram cursos na área de Humanidades e artes e 72% dos que pensavam em atuar no futuro em carreiras da Saúde e do bem-estar social.

¹⁹ Melo, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*, Convênio entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Rio de Janeiro, 2004, p. 13.

O Programa Nacional do Livro Didático, criado pelo governo federal, inclui entre seus objetivos o combate à disseminação de estereótipos de gênero nos livros didáticos. No Relatório Beijing + 5, o Programa foi descrito da seguinte maneira:

“A compra de livros para distribuição às escolas foi associada a uma avaliação prévia de qualidade que reforça a igualdade de gênero, ao classificar os livros didáticos utilizados na rede pública de ensino e excluir o uso daqueles que apresentam alguma forma de discriminação.”

Já em 2002, o Relatório do Brasil ao Comitê CEDAW afirmava:

“Quanto aos livros didáticos, as estratégias de seleção introduzidas pelo MEC parecem adequadas para captar, apenas, expressões grosseiras e adultas de sexismo e racismo (Beisiegel, s/d)”.

Verifica-se, portanto, a necessidade de aperfeiçoar os critérios de seleção para que os livros didáticos utilizados pelas escolas públicas brasileiras finalmente deixem de reproduzir estereótipos de gênero e de raça.

Dentre as estratégias de combate aos estereótipos e formas de discriminação racial, merece menção a recente adoção de política de cotas para afro-descendentes em Universidades brasileiras, como a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), UNEB (Universidade Estadual da Bahia), a UnB (Universidade de Brasília), UFPR (Universidade Federal do Paraná), dentre outras. O Governo enviará ao Congresso projeto de lei para garantir a reserva de metade das vagas das Universidades federais a alunos que concluírem o ensino médio em escolas públicas, como medida para diminuir a desigualdade, principalmente racial, no acesso ao ensino superior.

A mulher e a saúde

Dentre os programas governamentais, há que se destacar a o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançada em 1983 pelo Ministério da Saúde. Resultado da articulação entre o movimento de mulheres e o Poder Executivo Federal, o PAISM preconizava a atenção integral à saúde da mulher mediante ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e recuperação.²⁴ Entretanto, em 2002, o Relatório do Brasil apresentado ao Comitê CEDAW afirmava:

Após mais de 15 anos de existência do PAISM, a avaliação feita pelo movimento de mulheres especialmente da área de saúde, demonstra que sua eficácia e alcance foram insuficientes, face às necessidades das mulheres brasileiras. Atualmente, o movimento de mulheres busca sua reformulação tendo como referência as Conferências sobre População e Desenvolvimento (Cairo) e sobre a Mulher (Pequim). Contudo, vale destacar que o Programa, como idealizado, não foi plenamente executado, e ainda hoje a área técnica responsável tem como atribuições ações de assistência ao pré-natal e ao parto, planejamento familiar, prevenção da transmissão da AIDS em mulheres e recém-nascidos e violência contra a mulher.²⁵

Na perspectiva de uma política de atenção integral à saúde da mulher, periodicamente têm sido formulados instrumentos visando o aprimoramento técnico ou normativa do PAISM. Assim, em 1998, foi lançado o Programa de

²⁴ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), *Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW*, Série Documentos, Brasília, 2004, p. 25.

²⁵ *Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*, Brasília, 2002, p. 183.

Humanização do Parto e Nascimento (PHPN), com o objetivo de melhorar a qualidade de atenção ao parto, reduzir as taxas de cesárea e os óbitos maternos.²⁶

Para aderir ao PHPN, o município deveria apresentar um plano de integração entre maternidade e unidade de saúde, enquanto para receber os valores incluídos no plano, deveria cadastrar a gestante no início do pré-natal e registrar cada um dos procedimentos realizados, de modo a comprovar o cumprimento dos requisitos considerados adequados a um pré-natal de qualidade.

A adesão dos municípios ao PHPN foi lenta, sendo que, entre 2000 e 2002, apenas 28,7% dos recursos disponíveis para a implementação do programa haviam sido transferidos e somente 5% dos partos foi realizado de acordo com todos os parâmetros do Programa.

A limitação do pagamento para partos cesáreos parece ter produzido algum impacto: em 1995, 32,4% dos partos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foram mediante cesáreas, enquanto em 2001, esse índice caiu para 25,1%.

Entre 1997 e 2001, o número médio de consultas de pré-natal por gestante praticamente dobrou, alcançando o índice de 4.2 consultas por gestante. No entanto, o aumento do número de consultas não representou melhoria suficiente de qualidade no atendimento.

²⁶ As informações referentes ao Programa de Humanização do Parto e Nascimento (PHPN) foram extraídas do texto de Wilza Villela, denominado "A Saúde da Mulher no Brasil – contribuição ao relatório Beijing + 10, 2004.

Neste ano, o Ministério da Saúde publicou a adesão de 650 municípios ao PHPN, totalizando 4631 municípios aderidos.

Apesar de esses índices indicarem certos avanços resultantes do PHPN, os dados de 1995 a 2000 não revelam alteração significativa nos números de morte materna. Por outro lado, a década de 90 registrou uma drástica queda da mortalidade infantil, creditada precisamente a programas de assistência pré-natal e ao recém-nascido.²⁷

Em março de 2004, o Presidente da República lançou o Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna e Neonatal, o qual se constitui num programa de Governo, primordialmente da área da saúde, que define estratégias e metas para esta gestão assim como para os próximos 25 anos. Pressupõe uma atuação consistente e articulada pactuada com estados e municípios, voltadas à redução da morte materna, incluindo o planejamento familiar. Busca-se envolver toda a sociedade civil, particularmente conselhos municipais e estaduais de saúde, o Conselho Nacional de Saúde, conselhos profissionais, entidades sindicais, sociedades científicas, organizações não governamentais e a imprensa.

Ainda com a finalidade de reduzir a morte materna, foi reativada a Comissão Nacional de Morte Materna, estabeleceu-se a notificação compulsória do óbito materno para investigação de suas causas e adoção de medidas que possam evitá-las (Portaria do Ministério da Saúde nº 653/GM de 28 maio de 2003) e promoveu-se o V Fórum Nacional de Mortalidade Materna.

²⁷ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p. 2-3. Em 2001, a taxa estimada foi de 28,7 óbitos infantís por mil nascidos vivos, enquanto em 1990 era de 47,5.

Em 28 de Maio - Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Combate à Mortalidade Materna, deste ano, o Ministério da Saúde lançou a “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes”, que reflete o compromisso com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbi-mortalidade por causas preveníveis e evitáveis. Esta política incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. Agrega, também, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/AIDS e as portadoras de doenças crônicas degenerativas e câncer ginecológico. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades.

Vale ressaltar que o Ministério da Saúde, através da Área Técnica de Saúde da Mulher realizou, no período de 25 a 27 de maio de 2004, o Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres na Área da Saúde: Experiências Latino-Americanas com a finalidade de fortalecer as Políticas Públicas, Legislação e Programas Nacionais de Saúde da Mulher, por meio do diálogo e articulação entre os setores oficiais e movimentos sociais na América Latina e Caribe.

O Seminário contou com cerca de 140 participantes, provenientes de países da América Latina, Central e do Caribe de língua portuguesa e espanhola:

profissionais de saúde que coordenam Programas de Saúde da Mulher nos Ministérios da Saúde e nas Secretarias de Saúde das principais capitais dos países da América Latina e Caribe; representantes de movimentos, organizações e redes de mulheres que trabalham com a saúde da mulher; parlamentares e juristas e planejadores que trabalham estes temas.

Os participantes estabeleceram o compromisso de estabelecer mecanismos institucionais de diálogo e construção de consensos.

A força destes acordos se baseia no fato de que estes mecanismos não se limitarão ao trabalho exclusivamente no âmbito dos países. Se dará também no contexto regional.

a) Para isto foi criado um Fórum de Políticas Públicas para a Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, para articular os esforços nacionais, sub-regionais e regionais, com os seguintes objetivos: Construir um espaço de intercâmbio de informações e experiências e propiciar a difusão de conhecimentos sobre políticas públicas e programas de saúde da mulher, programas relacionados com a transversalidade de gênero nas políticas de saúde e programas de saúde sexual e reprodutiva.

b) Promover a articulação entre as equipes dos Ministérios da Saúde que coordenam os Programas de Saúde da Mulher e outras instâncias afins e as organizações de mulheres e outras organizações da sociedade civil, nos âmbitos nacional e regional, com o propósito de potencializar e apoiar as diferentes experiências e políticas de saúde.

c) Propiciar, promover e facilitar processos de elaboração de políticas públicas orientadas para a promoção da saúde da mulher na busca de equidade, especialmente na dimensão dos direitos reprodutivos, com transversalidade de gênero, considerando as diversidades regionais.

d) Contribuir com a formação de gestores na área de políticas públicas de saúde da mulher.

e) Construir uma agenda de prioridades comuns para a região e, através do Fórum, garantir estas prioridades nas agendas regionais relacionadas com a saúde.

f) Criar e fortalecer mecanismos de cooperação entre os países nos temas específicos, baseando-se em sistemas de cooperação sul-sul.

A violência contra a mulher

Em 1985, o Brasil pioneiramente instituía a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAMs). No ano 2000, eram 255 unidades, e atualmente, são 339, sendo a maior parte delas localizada na região Sudeste.²⁸ Apesar do consenso em relação à relevância das DEAMs, estas não cobrem

²⁸ Respectivamente, Relatório Nacional Brasileiro sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas "Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI", Brasília, 2000, p.33, e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), *Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW*, Série Documentos, Brasília, 2004, p.29.

em 10% dos municípios brasileiros, contam com pouco prestígio no meio policial e encontram-se despreparadas e desaparelhadas para o atendimento. Algumas sequer possuem telefones e viaturas.²⁹

No campo do combate à violência contra a mulher, a SPM tem concentrando suas ações nas seguintes metas:

a) apoio a abrigos para mulheres em situações de risco;

b) apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência;

c) capacitação de profissionais de instituições públicas atuantes no combate à violência contra as mulheres; e

d) aperfeiçoamento do ordenamento jurídico que trata da violência contra as mulheres.

Esta é uma das áreas em que mais a SPM tem atuado, inclusive com a aplicação de seus recursos apoiando casas abrigo, delegacias, etc. A SPM lançou o programa de enfrentamento a violência; realizou, em novembro de 2003, o Encontro Nacional de Delegadas, a fim de definir um Termo de Referência para a orientação e criação de novas DEAMS, além do aparelhamento das

²⁹ Relatório Final da Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/ Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2000.

unidades já existentes; e prossegue, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos programas de capacitação das DEAMs, totalizando a capacitação de 1205 profissionais. Note-se que no programa do Sistema Único de Segurança Pública, há um capítulo específico dedicado à questão da violência de gênero, com diretrizes para a atuação dos Estados.

Outra ação executada pela SPM, no âmbito de programa de enfrentamento da violência, foi a construção em locais seguros de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, mantidas em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades não-governamentais. Assegura-se, assim, o oferecimento de abrigo temporário – de 3 a 6 meses – às mulheres sob ameaça de vida e aos seus filhos menores. Além de abrigo, recebem atendimento social e psicológico, consultas médicas na rede pública, cursos para a inserção no mercado de trabalho e assistência jurídica gratuita. Além disso, o Governo Federal realizou, em novembro de 2002, o 1º Encontro Nacional de Casas-Abrigo, reunindo coordenadores e técnicos de 70 unidades de todo o país, com a finalidade de conhecer as reais condições de funcionamento dessas casas e traçar o perfil das mulheres e crianças atendidas; permitir o intercâmbio de experiências; definir parâmetros ideais para funcionamento; definir critérios para apoio a projetos de construção e manutenção de Casas-abrigo; identificar os parceiros para formação de uma rede de enfrentamento à violência nos Municípios; e construir um banco de dados sobre as Casas-abrigo e atualizar o Termo de Referência para apoio a projetos.

No âmbito da formulação de políticas, foram desenvolvidas ações voltadas para mulheres indígenas, tais como visita a comunidades e aldeias, para verificar denúncias de violência e situação das mulheres indígenas, dentre outras.

Reitere-se, ainda, a atuação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, que conta com a participação da sociedade civil e do Governo, voltado a elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

As propostas que vêm sendo definidas no GTI para a elaboração da legislação têm como eixo central a conceituação da violência doméstica e familiar contra a mulher, entendida como qualquer conduta baseada nas relações de gênero que cause morte, lesão, constrangimento, limitação da autodeterminação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, limitação social, política ou econômica, assim como dano ou perda patrimonial, ocorrida na unidade doméstica ou fora dela por pessoas, com ou sem vínculo familiar, que compartilhe, tenha compartilhado ou não o mesmo domicílio ou residência da vítima.

Além disso, o GTI reafirma na proposta que todas as mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, ou religião, tem direito a viver livre de violência, denunciar quem lhe agrida e buscar apoio do Poder Público, constituindo-se estas violência violação de direitos humanos.

A partir destas definições, o Grupo está estabelecendo os procedimentos necessários para a prevenção, assistência, proteção às vítimas e punição do agressor, com o objetivo de erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. O resultado de todo este trabalho será entregue como uma proposta do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

O Plano Nacional de Segurança Pública destina um capítulo à violência doméstica e de gênero, estabelecendo diretrizes para o Programa Nacional de Prevenção e

Redução da Violência Doméstica e de Gênero. Com o objetivo de prevenir e reduzir a violência doméstica e de gênero, ajudar as vítimas a sair da situação de violência e conter os agressores, o Programa estabeleceu a meta de criar, no âmbito estadual e municipal, sistemas integrados e descentralizados de atendimento a vítimas e agressores.³⁰

A mulher e os conflitos armados

Atualmente o Brasil não abriga conflitos armados nos termos da definição do direito internacional humanitário. Porém, os índices de violência urbana são alarmantes e não há um claro diagnóstico sobre a conexão entre os altos índices de violência em geral e os índices de violência contra a mulher.

Em conflitos armados, é recorrente a tendência ao recrudescimento das manifestações de discriminação contra a mulher, incluindo a violência contra a mulher. Os diversos grupos em conflito buscam consolidar seu poder e um dos métodos utilizados é buscar submeter às mulheres sob os estereótipos de gênero. Além disso, a destruição causada pelos conflitos armados também resulta numa sobrecarga para as mulheres que se responsabilizam pelas famílias desestruturadas e pela atenção a aspectos relativos à sobrevivência dos integrantes da família, como provimento de itens para subsistência e cuidado com as crianças. Por outro lado, o forte impacto causado às mulheres também as torna potenciais protagonistas de mudanças – o que nem sempre é incentivado.

³⁰ <http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>

A mulher e a economia

A participação da mulher na força de trabalho aumentou de 29% em 1976 para 43% em 2002.³¹ Durante os anos 90, a elevação da participação feminina no mercado de trabalho refletiu-se no crescimento do PIB *per capita* das mulheres.³² A diferença entre os salários de homens e mulheres sofreu certa redução, mas ainda persiste na sociedade brasileira em todos os níveis de escolaridade.³³

A taxa de desemprego é de 6,7 % entre as mulheres e 5,9 % entre os homens. Além disso, a população feminina aposenta-se em menor proporção e há mais mulheres idosas que não recebem aposentadoria ou pensão.³⁴

Para analisar a atual situação do acesso das mulheres a empregos e a condições adequadas de trabalho, há que se levar em consideração a vulnerabilidade da legislação protetiva trabalhista diante das reformas de ajuste estrutural que estão sendo implementadas no Brasil e em outros países.

Um exitoso exemplo de atuação conjugada das organizações sindicais e do Governo brasileiro ocorreu no ano 2000, quando era iminente a revisão da

³¹ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p. 5.

³² Hildete Pereira de Melo. *Gênero e Pobreza no Brasil*, Convênio entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Rio de Janeiro, 2004, p. 13.

³³ Ver Hildete Pereira de Melo, op.cit. p.12–15. Ver também Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p. 2. Para os autores: “Segundo a sistese de indicadores de 2003, as mulheres com até 4 anos de estudo recebiam por hora de trabalho em média R\$ 0,40 a menos do que os homens, e mulheres com mais de 12 anos de estudo recebiam cerca de R\$ 5,40 a menos por hora trabalhada.” (op.cit. p.12-15)

³⁴ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p. 5.

Convenção 103 da OIT. O documento internacional dispunha sobre a proteção à maternidade das trabalhadoras, o que havia sido regulado no Brasil em 1943 por meio da legislação trabalhista e consagrado com a Constituição Federal de 1988.

Por meio de intensa mobilização, foram colhidas 26.000 assinaturas por todo o país e entregou-se um documento ao Ministro do Trabalho. Por orientação da Presidência da República, o Brasil sustentou a posição das trabalhadoras na reunião da OIT em junho daquele ano, defendendo especificamente a ampliação da licença maternidade para 17 semanas, a exemplo da legislação vigente no país.³⁵

Em julho de 2003, o Ministro de Estado da Previdência Social e a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres publicaram a Portaria Conjunta nº 77, de 12 de julho de 2003, instituindo um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar um relatório contendo um diagnóstico e sugestões de políticas públicas de inclusão da mulher na Previdência Social. O Grupo elaborou um relatório final, contendo uma análise da atual situação, alternativas e recomendações. A título ilustrativo, transcreve-se um trecho do referido Relatório:

Após a análise da situação, o grupo de trabalho elaborou alternativas para a inclusão da mulher na Previdência Social, com base na pauta de reivindicações dos Movimentos de Mulheres e de especialistas a respeito da Previdência Social, a saber:

1. incorporação de famílias que trabalham no mercado informal, com alíquotas mais baixas de contribuição ou contribuição indireta, a exemplo da agricultura familiar. Sugestão: Proposta de Emenda à Constituição;
2. menor percentual de contribuição para as mulheres sem vínculo empregatício e sem renda própria, que exercem, exclusivamente, trabalho doméstico no âmbito residencial da própria família. Sugestão: Proposta de Emenda Constitucional;
3. permitir o pagamento do auxílio-reclusão até o valor de R\$720,00 (setecentos e vinte reais), independentemente do valor da remuneração do segurado e dos servidores públicos. Sugestão: Proposta de Emenda à Constituição;
4. inclusão de empregadas domésticas aos direitos trabalhistas e previdenciários. Sugestão: Conscientização da população envolvida;
5. compartilhamento de direitos previdenciários para o cônjuge/companheiro sem rendimento próprio. Sugestão: Projeto de lei.

Vale mencionar que se encontra em trâmite no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 385/2001) que propõe a instituição do benefício assistencial para as donas de casa. A Proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sendo o próximo trâmite a votação em plenária na mesma casa.

³⁵ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p.14.

A mulher no exercício do poder e a adoção de decisões

O Relatório Beijing + 5 já apontava a legislação que instituiu as cotas para candidatas mulheres como a “mais expressiva experiência desenvolvida no Brasil em torno da temática de acesso das mulheres ao poder e aos processos de decisão”. O Relatório creditava o sucesso da experiência de 1996, na qual a cota era de 20%, e de 1998, quando se elevou a cota para 30%, à mencionada legislação associada à campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, desenvolvida pela bancada feminina do Congresso Nacional com o apoio pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo movimento de mulheres.³⁶

Apesar de representarem somente 11,11% do Senado e 8,77% da Câmara de Deputados, o número de mulheres no Congresso Nacional cresceu 45% em 2002, em comparação com 1998. Similarmente, há apenas 133 deputadas estaduais em todo o país, mas esse número – de 2002 – representa um crescimento de 25,5% em relação a 1998.

A implementação da política de cotas por sexo para candidaturas ainda não alcançou os resultados esperados, pois não há um apoio efetivo e adequado às candidaturas femininas, os partidos não cumprem as cotas e seus fundos não destinam recursos de caráter afirmativo às candidaturas das mulheres. Tramitam no Congresso Nacional propostas de alteração dessa legislação com o objetivo de torná-la mais efetiva.

No âmbito do Poder Executivo Federal, há que se destacar que em 2003 tomaram posse cinco Ministras, encarregadas dos Ministérios do Meio Ambiente,

Assistência e Promoção Social, Minas e Energia e das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Para o Estado Brasileiro, esse foi o maior número de mulheres na chefia das pastas do primeiro escalão do Governo Federal, sendo relevante observar que três Ministras eram afros-descendentes.

Apesar do incremento no número de mulheres no mais alto escalão do Governo Federal, a situação da cúpula do Judiciário ainda é extremamente desvantajosa para as mulheres. O Supremo Tribunal Federal, que recebeu quatro novos membros no último ano e meio, conta com apenas uma Ministra entre seus 11 membros. O Superior Tribunal de Justiça é composto por 28 Ministros e 4 Ministras. Já o Tribunal Superior do Trabalho têm 16 Ministros e apenas 1 Ministra, sendo relevante assinalar que, na primeira instância, o número de juízas do trabalho supera o número de juizes do trabalho.³⁷

Mecanismos Institucionais

No Relatório Beijing + 5, o Brasil descreveu mecanismos institucionais que se fortaleceram após a Conferência de Beijing, notadamente o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento e a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde.³⁸

³⁶ Relatório Nacional Brasileiro sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) à Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas “Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI”, Brasília, 2000, p.43.

³⁷ Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (<http://www.stf.gov.br/bndpj/tribunaissuperiores>, visitado em 4 de junho de 2004.)

³⁸ Relatório Nacional Brasileiro sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) à Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas “Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI”, Brasília, 2000, p.46

Dentre os mecanismos institucionais utilizados nos últimos dez anos, destaca-se a criação, em 1º de janeiro de 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – órgão vinculado à Presidência da República, com status de Ministério. A Secretaria é responsável por: assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas e de combate à discriminação de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; e promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade das mulheres e ao combate à discriminação.³⁹

Ao final de 2003, a Secretaria havia executado 98% dos recursos disponibilizados para o exercício, em ações de capacitação de funcionários de instituições públicas que atuam no combate à violência contra a mulher; promoção de eventos com a finalidade de esclarecer a sociedade sobre os direitos da mulher; edição e distribuição de material informativo, estudos e pesquisas sobre os direitos da mulher; apoio e implantação de serviços de atendimento ou abrigos para as mulheres em situação de risco; apoio e implantação de organismos estaduais ou municipais de políticas e de direitos das mulheres; campanhas voltadas para o repúdio e prevenção da violência e

³⁹ Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 22.

discriminação contra as mulheres; apoio à implantação de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência sexual e de qualquer forma de discriminação.⁴⁰ Para 2004, o orçamento da Secretaria foi quadruplicado, ampliando-se, portanto, sua capacidade de atuação e em todas as áreas.

No plano institucional, outro avanço teve-se à criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, nos termos da Lei 10.678, de 23 de maio de 2003. A Secretaria, também com status de Ministério, tem como meta central a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Os direitos humanos das mulheres

A utilização da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) como instrumento a garantir os direitos humanos das mulheres vem ganhando força nos últimos anos em decorrência da ação da sociedade civil e do Governo.

O Estado Brasileiro ratificou a Convenção em 1984 e deveria apresentar relatórios ao Comitê CEDAW nos anos 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001. No final de 2001, o Brasil finalmente iniciou a elaboração de seu primeiro Relatório Nacional ao Comitê CEDAW, buscando compreender o período de 1985 a 2001.

Tal Relatório foi elaborado por um consórcio de pessoas e organizações e resultou num abrangente documento sobre a situação das mulheres no Brasil e as

⁴⁰ Terceira Parte deste documento contém mais informações sobre a SPM.

medidas do Executivo, Legislativo, Judiciário, relativas às mulheres.⁴¹ A parceria com a Divisão de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores foi construtiva e respeitadora da dimensão crítica apresentada por este consórcio. O Governo Brasileiro aprovou o Relatório e apresentou-o como documento oficial ao Comitê CEDAW em 2002.

No mesmo ano, treze Redes e Articulações nacionais de mulheres elaboraram o Documento do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da CEDAW pelo Estado Brasileiro.⁴² Esse documento foi resultado de um processo que alcançou cerca de 1.500 entidades de mulheres por todo o país, refletindo a pluralidade da sociedade brasileira e do movimento de mulheres.

Em julho de 2003, a então Ministra responsável pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres apresentou o Relatório na 29ª sessão do Comitê

⁴¹ O Relatório Nacional foi elaborado por um consórcio de organizações e pessoas, com a participação de: ADVOCACI - Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação; CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; CLADEM – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra; IPÉ – Instituto para a Promoção da Equidade; NEV – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; Christina Bruschini, Fúlvia Rosemberg e Sandra G. Unbehaum, da Fundação Carlos Chagas; Maria das Neves Araújo, então do Ministério da Justiça e Mônica de Melo, da Oficina dos Direitos da Mulher

⁴² O processo de elaboração do Documento, impulsionado por CLADEM-Brasil (seção brasileira do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) e AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento), contou com a participação da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; CNMT-CUT – Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única de Trabalhadores; MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas; REDOR – Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero; Rede Nacional de Parceiras Tradicionais, Redes Feminista de Saúde, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Rede de Mulheres no Rádio, Secretaria Nacional da Mulher da Confederação Geral dos Trabalhadores, Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical e UBM – União Brasileira de Mulheres.

CEDAW, atualizando-o com informações do Governo empossado em janeiro daquele ano. A delegação brasileira também esteve composta pela Ministra responsável pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e da Saúde e por especialistas feministas convidadas, representantes das ONGs CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação).

Ainda em relação à utilização da CEDAW para a efetivação dos direitos humanos das mulheres, vale ressaltar que o Estado Brasileiro ratificou o Protocolo Facultativo da CEDAW em 28 de junho de 2002. O processo de aprovação no âmbito do Legislativo Federal foi marcado pela oposição da ortodoxia da Igreja Católica e dos evangélicos, além da intensa atuação do movimento feminista junto aos parlamentares. A votação no Senado Federal não foi unânime, à diferença do que ocorreu no mesmo ano com a aprovação unânime do Estatuto de Roma (sobre o Tribunal Penal Internacional) e do artigo 14 da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial, que estabelece o mecanismo de petição individual ao Comitê CERD – Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial. Esse cenário indica a melhor aceitação dos mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos no Brasil, mas também evidencia a oposição quando o tema se refere aos direitos humanos das mulheres.

Os direitos humanos das mulheres ainda não são adequadamente conhecidos e aplicados pelos operadores do direito no Brasil. Pesquisas sócio-jurídicas ainda identificam a forte incidência dos estereótipos de gênero em decisões judiciais, o que se evidencia claramente em casos de violência doméstica e de violência

sexual⁴³. Por exemplo, verifica-se que os agressores tendem a ser absolvidos quando a vítima se distancia do estereótipo de “mulher honesta”. Para superar essa realidade, requer-se ênfase na capacitação de profissionais.⁴⁴ Requer-se, ademais, a reforma da legislação penal adotada na década de 40, que ainda contempla preceitos discriminatórios com relação à mulher, prevendo tipos penais que têm por sujeito passivo a “mulher honesta” e estabelecendo o estupro e demais crimes contra a liberdade sexual no título dedicado aos crimes contra os costumes, em que o bem jurídico tutelado é o costume e moral pública e não a dignidade da pessoa humana.

Note-se, ainda, no tocante aos direitos humanos das mulheres, além da atuação da SPM junto ao Comitê CEDAW, a SPM tem participado de reuniões da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW/ONU, da CEPAL e da CIM – Comissão Interamericana de Mulheres. Tem também discutido e participado do processo de avaliação de Beijing e do Cairo, encaminhando posições de ratificação das plataformas de ações e declarações resultantes destes fóruns internacionais.

A SPM e o governo brasileiro têm tido, ademais, relevante atuação na defesa dos direitos humanos das mulheres, em especial na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Em dezembro de 2003, o Brasil apresentou em reunião dos países do Mercosul um documento sobre saúde sexual e reprodutiva. O debate sobre o documento resultou na criação da Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva do Mercosul, por meio do Acordo de Ministros no.

1303. O documento apresentado naquela ocasião servirá de base para elaboração da política sobre o tema no Mercosul. Em maio de 2004 foi lançado um programa nacional governamental contra a homofobia (*Brasil sem Homofobia*), coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Medidas estaduais que reconhecem os direitos decorrentes de uniões de pessoas do mesmo sexo também têm sido adotadas, a exemplo do Estado do Rio Grande do Sul.

*A mulher e a mídia*⁴⁵

Para entender a temática “mulher e mídia” no Brasil, há que se considerar o panorama geral existente no país. O sistema brasileiro de difusão é explorado predominantemente pela iniciativa privada, sob concessão pública. Trata-se de um setor econômico dos mais dinâmicos e modernos, sustentado por uma indústria publicitária de porte, que se coloca entre as 7 maiores no ranking mundial. Vale ressaltar que, nos últimos anos, expandiu-se exponencialmente o uso da internet no Brasil, o que converteu o país num dos mais promissores mercados digitais.

Nos últimos anos, diversas pesquisas evidenciam uma visão crítica de segmentos da população brasileira a respeito da programação da TV. Segundo a pesquisa “Fala Brasil”, realizada pela Agência Propeg em 1998, 80% dos entrevistados concordavam com a idéia de que, “de uma maneira geral, a mulher é tratada como objeto sexual na televisão”.

⁴³ Livro “ Estupro Crime ou ‘cortesia’ ?”, Silvia Pimentel, Ana Lúcia P. Schritzmeyer e Valéria Pandjarian. 1998.

⁴⁴ Ver Quarta Parte deste documento, sub-capítulo “Os Direitos Humanos das Mulheres”.

⁴⁵ Este sub-capítulo baseou-se em informações prestadas pela especialista Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão.

Levantamento realizado no ano de 1998 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça, revela que, entre estatutos, códigos, leis e decretos, há no país 11 mecanismos de defesa contra TVs que exploram situações degradantes, violentas, abuso sexual, racismo e outras formas de discriminação. Por exemplo, a aparição em vídeo de crianças e adolescentes é protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 13 de julho de 1990 (Lei n.º 8.069); a Lei Afonso Arinos, de 5 de janeiro de 1989 (n.º 7.716), que define os crimes de preconceito de raça e cor, reserva o artigo 20 à discriminação feita pela mídia; o artigo 221 da Constituição diz que a programação deve dar preferência à finalidade educativa, artística, cultural e informativa. Não há, contudo, registro de nenhum tipo de mecanismo, regulamentação ou auto-regulamentação enfocando especificamente a imagem de mulheres e meninas nos meios de comunicação.

Outro tema de especial relevância atém-se à inclusão digital das mulheres. Em 1996, as mulheres representavam 12% dos usuários de internet e, em dezembro de 1999, correspondiam a 39% do total de usuários. A SPM tem participado e apoiado seminários que discutem a questão da inclusão digital e a necessidade de se capacitar as mulheres neste campo.

Iniciativa relevante que vem sendo implementada em nível estadual e local é o desenvolvimento de programas de instalação de tele-centros comunitários – em escolas públicas ou centros comunitários – para acesso e treinamento de jovens em tecnologias de informação e serviços da Internet. Há que se assegurar que tais programas sejam acessíveis a ambos os sexos, com requisitos específicos quanto à equidade de gênero, raça e etnia e que considerem ainda as especificidades regionais.

A Mulher e o meio ambiente

A ECO – 92, realizada no Rio de Janeiro, aprovou a Agenda 21, que continha um capítulo destinado ao tema gênero e meio ambiente. Sob os princípios expressos na Agenda 21 e com o objetivo de implantar um novo paradigma de desenvolvimento para o país, o Ministério do Meio Ambiente vem liderando um processo de planejamento estratégico participativo, que envolve a elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira.

A primeira etapa desse processo encerrou-se em junho de 2002 com a elaboração da Agenda 21 Brasileira, resultado da aplicação de uma metodologia participativa, que envolveu governo, setor produtivo e sociedade civil. Conforme decisão da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), esfera responsável pela condução da etapa de implementação, as proposições da Agenda 21 Brasileira deverão ser integradas aos programas dos Planos Plurianuais do governo (PPA).

As Ações Prioritárias da Agenda 21, em seu capítulo denominado “Proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros, jovens” estabelecem:

As desigualdades sociais incidem especialmente sobre a população negra cujos indicadores sociais são, em média, 50% inferiores aos da população branca. Outra fonte de desequilíbrio social pode ser identificada nas mulheres, com menor valor agregado nas suas atividades, que os homens, especialmente aquelas que desempenham hoje a função de chefes de família, com baixo

nível de renda. Outro vetor de desigualdades é a vulnerável população jovem, com poucas oportunidades, cuja taxa de desemprego é bem mais alta que a da população adulta, além de ser a principal vítima da violência urbana, das drogas e de situações de risco.

Ações e recomendações

Promover uma ampla campanha de mobilização das diferentes instituições públicas e privadas, bem como no terceiro setor, para discutir, propor e implementar soluções sobre o destino das “crianças de rua”, entendendo que o problema é de todos os brasileiros e que sua solução é de responsabilidade de toda sociedade.

- . Estabelecer políticas de renda mínima para mulheres chefes de família.
- . Estabelecer política de equivalência salarial entre negros e brancos.
- . Implementar programas de treinamento e capacitação profissional para jovens articulados com programas de promoção do primeiro emprego.
- . Promover atividades de esporte e cultura e freqüência aos teatros e museus, para crianças em estado de risco, como forma de proteção contra a marginalidade, estímulo à cidadania e esperança no futuro.⁴⁶

A menina

De acordo com o artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, o Senado Federal e a Câmara de Deputados, em conjunto ou separadamente, podem criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) com o objetivo de investigar

⁴⁶ Agenda 21 – Ações Prioritárias, p. 49 (<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm>)

determinado fato. Disposições legais semelhantes são também encontradas nas legislações estaduais e municipais.

O tema da exploração sexual infantil foi objeto de várias CPIs: entre 1995 e 1998, houve CPIs sobre prostituição, exploração sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes em Natal, Norte de Minas Gerais, Distrito Federal e Goiânia. As CPIs colaboraram para ampliar o conhecimento público sobre o tema, indicando a existência de rotas de tráfico de meninas e de dinâmicas de aliciamento que envolvem inclusive a família das vítimas.⁴⁷

A Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente do Congresso Nacional, criada em 1993, contava em 2002 com 73 parlamentares e havia colaborado com a implantação de uma CPI para apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, o lançamento da Campanha Nacional pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes e a apresentação do Projeto de Lei que institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.⁴⁸

No atual Governo, o Ministério da Justiça recebeu a missão de coordenar todas as ações de combate ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Trata-se prioridade do Governo. O compromisso do Governo se expressa nas palavras do atual Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos em maio de 2003:

⁴⁷ Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, Brasília, 2002, p. 107 – 108.

⁴⁸ Op.cit.p.108.

“Como acontece com o crime organizado, não temos apenas uma política de combate à exploração sexual infanto-juvenil e sim várias. Cada situação específica exige uma ação”, afirmou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele destacou que o assunto é prioridade. “Pretendemos incluir no orçamento do ano que vem, no Plano Plurianual, uma parcela substancial de dinheiro para esse combate”, afirmou. Dentro da articulação planejada, Thomaz Bastos lembrou que a idéia é aproveitar ao máximo a experiência de organizações e entidades da sociedade civil, “que há anos dedicam grande parte de suas vidas, sem remuneração”, na luta contra a exploração sexual.⁴⁹

Para permitir essa coordenação, o Ministério da Justiça criou o Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual Infanto Juvenil (NEVES). Entre outros objetivos, o núcleo deverá construir um banco de dados sobre o tema e implementar a política nacional de enfrentamento, a partir do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado no ano 2000.⁵⁰

Ante a falta de dados sobre o tema, espera-se que esse esforço governamental logre êxito em identificar o nível de envolvimento das famílias na exploração das crianças por terceiros e no abuso ocorrido na própria esfera doméstica. Esse trabalho deverá observar a situação específica das meninas, às quais recai um forte impacto dos estereótipos de gênero, presente na família e na sociedade.

Quanto ao trabalho infantil, no universo de 78 milhões de pessoas que compõem a força de trabalho no Brasil, há cerca de 4,5 milhões de crianças e adolescentes

trabalhando: 47% têm entre 14 e 15 anos; 44%, entre 10 e 13 anos; e 9%, entre 5 e 9 anos. Estudos mostram um elevado número de estabelecimentos rurais com trabalho infantil, revelando, por exemplo, que 30% da força de trabalho das pequenas propriedades agropecuárias de cinco Estados é formada por menores de 14 anos. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre as/os trabalhadoras/es domésticas/os no Brasil estão mais de 500 mil crianças e adolescentes, em sua maioria do sexo feminino e metade delas afro-descendentes. Desse total, 30% começaram a trabalhar com idades entre 5 e 11 anos; 26% não estudam; 53% trabalham mais de 40 horas semanais; 56% não tiram férias; 2,5% não recebem nenhum tipo de remuneração, enquanto 64% recebem menos de meio salário mínimo; e a maioria não conhece seus direitos⁵¹.

⁴⁹ <http://www.mj.gov.br/noticias/2003/maio/RLS160503-exploracao.htm>

⁵⁰ <http://www.mj.gov.br/noticias/2003/maio/RLS160503-exploracao.htm>

⁵¹ Flavia Piovesan e Sílvia Pimentel, *Contribuição a partir da perspectiva de gênero ao relatório alternativo sobre o PIDESEC*, CLADEM, Brasil, dezembro de 2002.

Terceira Parte – Desenvolvimento Institucional

Os Conselhos da Mulher foram criados a partir dos anos 80 em âmbito nacional, estadual e municipal, constituindo o mecanismo nacional mais difundidamente instituído para a promoção da igualdade de gênero. Tais órgãos são em geral formados por representantes do Governo e da sociedade civil e têm a atribuição de propor e acompanhar políticas públicas.

A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, seguida pela criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, foram marcos fundamentais para o desenvolvimento de mecanismos institucionais para a promoção da igualdade de gênero. Em 2002, eram 97 e, atualmente, são 132 conselhos similares por todo o país, sendo 23 estaduais e 109 municipais.⁵²

CNDM concentrou seus esforços em ações visando a informação e a conscientização das mulheres a respeito de seus direitos, desenvolvendo um intenso e exitoso trabalho no processo constituinte que culminou com a incorporação da maior parte das propostas do movimento de mulheres à Constituição Federal de 1988. Em 1989, o CNDM passou por uma grave

crise, com perda de autonomia administrativa e financeira, o que resultou na renúncia de todas as conselheiras. A Conferência de Beijing foi um marco fundamental para a reestruturação do Conselho.

Assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher passou por uma nova reestruturação, com a criação de uma Secretaria Executiva, permitindo um arranjo institucional mais adequado para propor, implementar e avaliar políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero.

Além disso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizou, através de convênios de cooperação, recursos humanos e financeiros para diversos trabalhos do CNDM. E, em uma iniciativa original, houve a elaboração de análise do Programa Plurianual – PPA 2000/2003, sob a perspectiva de gênero, visando propor ações para promover as relações equitativas de gênero na sociedade brasileira. A partir dessa análise, o CNDM elegeu 25 programas estratégicos para acompanhamento. Desses programas somente dois possuíam foco direto nas mulheres: o programa de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde e o Programa de combate à Violência contra a Mulher, do Ministério da Justiça.⁵³

O processo de recente reestruturação do CNDM propõe, deste modo, um novo formato, que permite aprimorar a interlocução entre governo e sociedade civil. Em 2003, a SPM realizou um Encontro Nacional dos Conselhos dos Direitos da Mulher, que reuniu Conselhos estaduais e municipais de diferentes regiões

⁵² Estes dados foram levantados por pesquisa realizada pelo IBAM, com apoio da SPM.

⁵³ Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, Brasília, 2002, p. 55 –56.

do país. Neste encontro ficou evidente a importância de fortalecer e ampliar os conselhos, bem como de reativar o Fórum de Conselhos dos Direitos da Mulher.

Em 2002, criou-se a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), subordinada ao Ministério da Justiça. Em seu primeiro ano de existência, essa localização no organograma do Governo limitou as ações da SEDIM àquelas relacionadas ao Ministério da Justiça, em especial às políticas de prevenção e combate à violência sexual e doméstica.⁵⁴

Em janeiro de 2003, instituiu-se um novo mecanismo no âmbito do Governo Federal: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, com status de Ministério. A Secretaria, cujas atribuições encontram-se descritas na Segunda Parte deste documento, reconhece o grande desafio de assegurar que a perspectiva de gênero esteja presente transversalmente em todas as áreas do Governo. Para isso, a SPM atuou e tem atuado na elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA).

Pioneiramente, a elaboração do PPA 2004-2007 contou com a ampla participação de diversos segmentos da sociedade civil num processo iniciado no fim de 2002. A Secretaria Geral da Presidência, em conjunto com a sociedade civil, realizou 27 encontros regionais no país, resultando um documento que sintetizou as diretrizes da sociedade civil para o PPA.

Merece também destaque a realização de audiência pública pela SPM para discutir com as organizações do movimento de mulheres a sua proposta de

PPA, visando à inclusão da igualdade de gênero e de raça, como tema transversal, a orientar a formulação de políticas públicas.

A atuação da SPM e do movimento feminista resultou na inclusão do desafio “Promover a redução das desigualdades de gênero” entre os desafios do mega objetivo “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais” do PPA 2004-2007. Neste mesmo mega objetivo, cabe destacar, ainda, a inclusão do desafio “Promover a redução das desigualdades raciais”.⁵⁵

Outro mecanismo participativo que será utilizado pelo atual Governo é a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada em julho de 2004, com o objetivo de propor diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Tal Conferência concluirá um amplo processo que envolveu a organização de conferências no âmbito dos 27 unidades da federação. Ressalte-se que, pela primeira vez, um governo convoca uma conferência de mulheres. A iniciativa mobilizou mais de dois mil municípios em plenárias municipais e regionais, envolvendo todos os 27 Estados e o Distrito Federal, na realização de Conferências Estaduais. Todo o processo está sendo desenvolvido com a ativa participação das organizações dos movimentos de mulheres e feministas.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e redes de fóruns e articulações nacionais e estaduais de mulheres têm enfatizado a fragilidade

⁵⁴ Sandra Unbenhaum e Cristiano Miglioranza Mercado, op. cit. p. 11.

⁵⁵ Bandeira, Lourdes. Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para Avançar na Transversalização da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas, Convênio entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Brasília, 2004, p. 24. Substituir este trecho por: Projeto de Lei nº 30/2003 - PLPPA 2004-2007, Brasília, 2003. Anexo I – *Orientação Estratégica de Governo*.

dos mecanismos institucionais existentes e realçado a necessidade da existência de mecanismos de acompanhamento e monitoramento das políticas para as mulheres.

No campo institucional merece destaque, além dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher, a existência, no âmbito dos poderes executivos locais, de secretarias, coordenadorias ou assessorias da mulher, responsáveis pela implementação de políticas de igualdade.

Reitere-se, por fim, que, no plano institucional, outro avanço teve-se à criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, nos termos da Lei 10.678, de 23 de maio de 2003. A Secretaria, também com status de Ministério, tem como meta central a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil. Adicione-se, ainda, a atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que também tem status de Ministério, sendo ligada diretamente à Presidência da República.

Quarta parte - Principais problemas e medidas para enfrentá-los

Com o objetivo de plenamente concretizar a Plataforma de Ação de Beijing, o Governo Brasileiro busca assegurar a perspectiva de gênero nas políticas públicas previstas no PPA, como foi descrito na Terceira Parte deste documento. Similarmente, algumas medidas destinadas a implementar a Plataforma em relação à pobreza⁵⁶ e mecanismos institucionais⁵⁷ estão descritas na Segunda Parte deste documento. Este sub-capítulo se referirá às principais esferas de preocupação da Plataforma sobre as quais não se mencionaram medidas para o futuro.

*Educação e capacitação da mulher*⁵⁸

O atual Governo, por meio do Ministério da Educação e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criou o Programa da Mãe Estudante, com o objetivo de alfabetizar as mães das crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Escola – ação que estimula a permanência das crianças na escola.

⁵⁶ Ver Segunda Parte deste documento, sub-capítulo “Programa Fome Zero”.

⁵⁷ Ver Terceira e Segunda Partes (sub-capítulo “Mecanismos Institucionais”) deste documento.

⁵⁸ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), *Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW*, Série Documentos, Brasília, 2004, p.22.

Busca-se também apoiar a ampliação de um fundo contábil que financia a educação regular para crianças de 7 a 14 anos, com vistas a estender o financiamento a uma faixa maior de idade, o que absorveria os níveis escolares infantil, fundamental e médio, atingindo crianças, jovens e adultos.

Acrescente-se também o Programa “Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho”, previsto no novo PPA e desenvolvido pela SPM, que tem por objetivo a capacitação de mulheres.

A mulher e a saúde

O atual Governo vem dando continuidade às políticas relativas à saúde da mulher, DST/AIDS. Também implementou e desenvolverá as seguintes ações:

- . Disponibilização de manuais técnicos sobre Atenção Pré-natal e Puerpério; Aborto Inseguro e Climatério (ainda em 2004);
- . Promoção de debate nacional sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na paternidade responsável, na gravidez na adolescência e na garantia do acesso ao planejamento familiar para mulheres e homens, cooperação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
- . Implantação do número telefônico gratuito “Disque-Saúde Mulher”, voltado para divulgar informações e facilitar o acesso aos serviços de saúde, em funcionamento desde 2003;

. Inclusão do quesito cor nos sistemas de informação, documentos e pesquisas do Sistema Único de Saúde;

. Estímulo e apoio junto aos Estados da Federação para a implantação da política de atenção à anemia falciforme e às demais patologias de maior incidência na população negra;

. Implantação de Comitês de Redução da Morte Materna em todos os Estados, nas capitais e nos 387 municípios com população superior a 100 mil habitantes;

. Apoio aos municípios com população acima de cem mil habitantes no fortalecimento e na estruturação de redes de referência e contra-referência para detecção precoce e tratamento de câncer de colo de útero e de mama e de atenção a gestantes de alto risco;

. Garantia da disponibilidade de métodos anticoncepcionais reversíveis em todas as unidades do Programa de Saúde da Família e ampliar o número de hospitais da rede pública que ofereçam laqueadura tubária e vasectomia;

. Fortalecimento do PAISM;

. Realização de pesquisas para avaliação das condições de riscos das trabalhadoras rurais e urbanas, objetivando a implantação de políticas específicas para essas populações;

- . Criação de uma Câmara Técnica Intersetorial, integrada por órgãos do Governo e da sociedade civil para propor ações voltadas para a saúde da pessoa idosa, de pessoas portadoras de deficiência e das populações indígenas;
- . Implantação do Plano Nacional de Saúde no sistema prisional, que contemplem ações específicas na saúde da mulher;
- . Definição do perfil epidemiológico da saúde mental das mulheres e realização de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre gênero e saúde mental.

*A violência contra a mulher*⁵⁹

O Governo Federal está implementando o Programa de Prevenção Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Nesse Programa, foi instituído um Grupo de Trabalho, com a participação de Governo e sociedade civil, que elaborou uma proposta de legislação sobre violência doméstica e familiar, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

O Programa também inclui: ações voltadas para a ampliação e melhoria da qualidade dos serviços de enfrentamento da violência em todas as unidades da federação; apoio à implantação de serviços de atendimento e/ou abrigos para mulheres em situação de risco; avaliações regulares das Delegacias da

⁵⁹ Op.cit.p. 29 – 30.

Mulher; capacitação de profissionais de instituições públicas que atuem no combate à violência doméstica e sexual contra as mulheres; atuação integrada dos sistemas de saúde, polícia e atendimento jurídico para coibir todas as formas de violência de gênero e assegurar proteção às vítimas.

*A mulher e a economia*⁶⁰

O Governo Brasileiro está implementando e desenvolverá, dentre outras, as seguintes ações na área do trabalho:

- . No Programa do Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego estão definidas metas voltadas para capacitação profissional, bem como geração de emprego e renda para jovens na faixa de 15 a 24 anos que incluem a perspectiva de gênero;
- . Estabelecer metas de ampliação do tempo de permanência de crianças de 0 a 14 anos nas escolas, o que também facilitará o acesso das mães ao trabalho;
- . Ampliar a duração do ensino fundamental obrigatório de 8 para 9 anos, antecipando para esse nível de ensino o ingresso da criança aos 6 anos;
- . Contribuir para a ampliação da capacidade técnica e gerencial das mulheres nos setores rural e urbano por meio da capacitação de mulheres gestoras;

⁶⁰ Op.cit.p. 27 – 28.

. Contribuir para a inserção da mulher no setor produtivo, estimulando o investimento em iniciativas autônomas e associativas, com base no incentivo ao acesso e destinação de linhas de crédito rural e urbano;

. Participar em sistemas intersetoriais de controle para a fiscalização da execução de políticas de capacitação profissional, oferta de emprego e mecanismos de geração de renda;

. Dar continuidade ao programa de combate ao trabalho infantil;

. Apoiar o empreendedorismo de pequenas e médias empresas chefiadas por mulheres.

*A mulher no exercício do poder e a adoção de decisões*⁶¹

O atual Governo Federal tem como meta:

. Ampliar as políticas de ações afirmativas para além das cotas eleitorais;

. Estimular os diferentes órgãos governamentais a adotarem políticas internas que valorizem o trabalho das mulheres;

. Aumentar o efetivo feminino em cargos de representação internacional;

. Fortalecer os Conselhos Estaduais, Municipais e Secretarias dos Direitos da Mulher como espaços institucionais junto aos governos e diversificá-los, regional e numericamente;

§ Fortalecer e ampliar as secretarias, coordenadorias e assessorias da mulher dos estados e municípios;

§ Aumentar a participação das mulheres em postos de chefia na administração pública federal;

§ Desenvolver campanhas contínuas na mídia para estimular a maior capacitação política das mulheres;

§ Promover seminários e encontros de capacitação de mulheres para o exercício de poder;

§ Atuar junto aos partidos políticos e ao Ministério Público para fortalecer a implementação das políticas de cotas.

Os direitos humanos das mulheres

O Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, buscará atuar para que o processo de formação de operadores do Direito incorpore as questões relativas aos direitos humanos das mulheres. Articulando-se junto a Universidades e às Escolas da Magistratura, da Defensoria Pública

⁶¹ Op.cit.p. 23.

e do Ministério Público – instâncias oficiais de capacitação dos profissionais das respectivas carreiras.⁶²

Na esfera internacional, o atual Governo brasileiro reiterou seu compromisso de implementar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e de acatar as recomendações do Comitê CEDAW.⁶³ Tem ainda participado ativamente de outros fóruns internacionais, reafirmando compromissos de Beijing e Cairo.

A mulher e a mídia

O Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, buscará elaborar uma proposta para o Programa “Mulheres e a Mídia”.⁶⁴

Em junho de 2004, a SPM promoverá o Seminário “A mulher e a mídia”, reunindo jornalistas de diversos meios de Comunicação do país, com o objetivo de focar a mulher como produtora de notícias e o tratamento dispensado pela mídia às mulheres, quando elas são a notícia. Tratará, ainda, da necessidade de incorporação, na construção da informação, de uma abordagem com pluralidade de gênero. Na pauta do Encontro, destacam-se, também, temas como a relação da mídia com a sociedade civil organizada e propostas para o avanço na construção de uma agenda que inclua novos recortes e enfoques em relação à mulher.

⁶² Op.cit.p. 47.

⁶³ Op.cit.p. 8.

⁶⁴ Op.cit.p. p. 9.

A Mulher e o meio ambiente

O Governo Federal, por meio das esferas competentes do Ministério do Meio Ambiente, dará continuidade à implementação da Agenda 21 Brasileira, conforme descrito na Segunda parte deste documento.

A menina

O Governo Brasileiro vem e continuará desenvolvendo ações no sentido de:

- . Aumentar a cobertura de creches e pré-escolas para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade;
- . Manter o combate ao trabalho infantil como prioridade do atual governo, intensificando ações fiscalizadoras e a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que permite às famílias retirar suas crianças do trabalho e mantê-las na escola por meio do recebimento de recursos do Programa Criança Cidadã;
- . Implementar a política nacional de enfrentamento, a partir do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Relação de Anexos

Relatório Nacional Brasileiro sobre a Implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) à Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas “Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI”, Brasília, 2000.

. Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, coordenação de Flávia Piovesan e Sílvia Pimentel, *Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*, Brasília, 2002.

. O Brasil e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Documento do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações, Brasília, 2003.

. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), *Participação do Brasil na 29ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW*”, Série Documentos, Brasília, 2004.

. Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, *Plataforma Política Feminista*, Brasília, 2002.

. Bandeira, Lourdes. *Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para Avançar na Transversalização da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*, Convênio entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Brasília, 2004.

. Melo, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*, Convênio entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Rio de Janeiro, 2004.

. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Programa de Ação 2003.

. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Relatório Novembro-Dezembro/2003.

. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Relatório Setembro – Outubro/2003.

. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Relatório Maio a Julho/2003.



Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres





Consejo Económico y Social

Distr. general
20 de diciembre de 2004
Español
Original: inglés

Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

49º período de sesiones

28 de febrero a 11 de marzo de 2005

Tema 2 del programa provisional

Aprobación del programa y otras cuestiones de organización

Programa provisional anotado y organización de los trabajos propuesta

1. Elección de la Mesa.
2. Aprobación del programa y otras cuestiones de organización.
3. Seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”:
 - a) Examen de la incorporación de una perspectiva de género en las entidades del sistema de las Naciones Unidas;
 - b) Nuevas cuestiones, tendencias y criterios respecto de los problemas que afectan a la situación de la mujer o a la igualdad entre la mujer y el hombre;
 - c) Consecución de los objetivos estratégicos, adopción de medidas en cuestiones de interés fundamental y otras medidas e iniciativas:
 - i) Examen de la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y de los documentos finales del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”;
 - ii) Retos actuales y estrategias orientadas hacia el futuro para el adelanto y la potenciación de la mujer y la niña.
4. Comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer.
5. Seguimiento de las resoluciones y decisiones del Consejo Económico y Social.
6. Programa provisional del 50º período de sesiones de la Comisión.
7. Aprobación del informe de la Comisión sobre su 49º período de sesiones.



Anotaciones

1. Elección de la Mesa

En el artículo 15 del reglamento de las comisiones orgánicas del Consejo Económico y Social se dispone que, al comienzo de la primera sesión de un período ordinario de sesiones, la Comisión elegirá, de entre los representantes de sus miembros, un Presidente, uno o más Vicepresidentes y los demás integrantes de la Mesa que sean necesarios. En su 48° período de sesiones, la Comisión eligió, además de un Presidente, cuatro Vicepresidentes, a uno de los cuales se le asignaron funciones de relator.

En su resolución 1987/21, el Consejo recomendó que, a fin de aumentar la eficacia de la labor de la Comisión, los miembros de la Mesa fueran nombrados por un período de dos años. Los miembros elegidos en el 48° período de sesiones continuarán desempeñando sus funciones en el 49° período de sesiones.

De conformidad con su decisión 2002/234, el Consejo, a fin de mejorar la labor de la Comisión y velar por la continuidad de la labor de las sucesivas Mesas, decidió que, a partir de su 47° período de sesiones, que se celebraría en 2003, la Comisión, inmediatamente después de la clausura de un período ordinario de sesiones, celebrara la primera sesión del siguiente período ordinario de sesiones únicamente con el objeto de elegir al nuevo Presidente y a otros miembros de la Mesa, de conformidad con el artículo 15 del reglamento de las comisiones orgánicas del Consejo.

La primera sesión del 48° período de sesiones se celebró inmediatamente después de la clausura del 47° período de sesiones, momento en que la Comisión eligió al Presidente y a otros miembros de la Mesa para que desempeñaran sus funciones en los períodos de sesiones 48° y 49°. Después de la clausura del 49° período ordinario de sesiones, la Comisión inaugurará el 50° período ordinario de sesiones únicamente con el objeto de elegir al nuevo Presidente y a otros miembros de la Mesa, de conformidad con el artículo 15 del reglamento de las comisiones orgánicas del Consejo y la decisión 2002/234 del Consejo.

Los miembros de la Comisión cuyo mandato termina al finalizar los períodos de sesiones 49° a 52° figuran en el anexo II del presente documento. Los miembros de la Comisión cuyo mandato termina al finalizar los períodos de sesiones 50° a 53° figuran en el anexo III.

2. Aprobación del programa y otras cuestiones de organización

En el artículo 7 del reglamento se dispone que, al principio de cada período de sesiones, la Comisión, después de haber elegido su Mesa, aprobará el programa de ese período de sesiones basándose en el programa provisional.

En su decisión 2004/239, el Consejo aprobó el programa provisional y la documentación del 49° período de sesiones de la Comisión.

Los preparativos del 49° período de sesiones de la Comisión se llevaron a cabo de conformidad con las conclusiones convenidas 1996/1 sobre los métodos de trabajo. En consecuencia, la Mesa de la Comisión celebró varias sesiones y reuniones consultivas con todas las delegaciones interesadas los días 23 de junio, 20 de julio y 14 de septiembre de 2004 con el fin de examinar la organización y los métodos de trabajo para el período de sesiones.

Se prevé que se dedicará tiempo a la celebración de un debate general. Con el objeto de lograr una amplia participación, se recomienda que las intervenciones de los gobiernos, las organizaciones intergubernamentales, las entidades de las Naciones Unidas y las organizaciones no gubernamentales (ONG) tengan una duración máxima de cinco minutos, y las intervenciones en nombre de grupos se limiten a 10 minutos, como en los períodos de sesiones anteriores. Se recomienda también que, como en los períodos de sesiones anteriores, las intervenciones de las ONG, teniendo en cuenta la ubicación geográfica, se integren en la sesión plenaria de alto nivel y que las ONG también participen en cada una de las deliberaciones de los grupos sobre cuestiones temáticas.

3. **Seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”**
 - a) **Examen de la incorporación de una perspectiva de género en las entidades del sistema de las Naciones Unidas**

Examen y evaluación de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General

Conforme a la Declaración de Beijing y a su programa plurianual de trabajo, la Comisión examinará la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y los documentos finales del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”, y los retos actuales y estrategias orientadas hacia el futuro para el adelanto y la potenciación de la mujer y la niña.

Examen de los métodos de trabajo de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

La Asamblea General, en el párrafo 46 de su resolución 57/270 B, pidió a las comisiones orgánicas que examinaran sus métodos de trabajo a fin de mejorar la aplicación de las decisiones adoptadas en las grandes conferencias y cumbres de las Naciones Unidas, reconociendo que no era necesario un criterio uniforme ya que cada comisión orgánica tenía sus propias características singulares y advirtiendo también que los métodos de trabajo modernos podían garantizar mejor el examen de los progresos realizados en la aplicación a todos los niveles, sobre la base de un informe con recomendaciones que presentara el Secretario General a cada comisión orgánica y a los órganos subsidiarios pertinentes del Consejo Económico y Social acerca de sus métodos de trabajo, de conformidad con las disposiciones definidas en las decisiones respectivas de las grandes conferencias y cumbres y las decisiones pertinentes adoptadas por cada órgano; se pidió a las comisiones orgánicas que informaran al Consejo en 2005 a más tardar sobre los resultados de ese examen.

En su 48° período de sesiones, la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer aprobó la decisión 48/101, en la que se establecen medidas concretas para mejorar los métodos de trabajo. La Comisión decidió seguir discutiendo estas cuestiones durante su 49° período de sesiones.

Incorporación de una perspectiva de género en todas las políticas y programas del sistema de las Naciones Unidas

En el párrafo 5 de la sección III de su resolución 1996/6, el Consejo pidió al Secretario General que todos los años elaborara, en relación con el tema 3, un informe sobre las medidas adoptadas y los progresos logrados en el seguimiento y la aplicación de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y los progresos logrados en la incorporación de una perspectiva de género en las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas. La petición se acaba de reiterar en la resolución 59/168 de la Asamblea General. La Comisión tendrá ante sí el informe pedido.

La situación de la mujer palestina y la asistencia que se le presta

En su resolución 2004/56 sobre la situación de la mujer palestina y la asistencia que se le presta, el Consejo pidió a la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer que siguiera vigilando la aplicación de las Estrategias de Nairobi orientadas hacia el futuro para el adelanto de la mujer, en particular el párrafo 260 relativo a las mujeres y los niños palestinos, la Plataforma de Acción de Beijing y las conclusiones del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, y pidió al Secretario General que siguiera examinando la situación, ayudara a las mujeres palestinas por todos los medios posibles y presentara a la Comisión en su 49º período de sesiones un informe sobre los progresos logrados en la aplicación de esa resolución. La Comisión tendrá ante sí el informe pedido.

La situación de las mujeres y las niñas en el Afganistán

En su resolución 2004/10 sobre la situación de las mujeres y las niñas en el Afganistán, el Consejo pidió al Secretario General que siguiera examinando la situación de las mujeres y las niñas en el Afganistán y que presentara a la Comisión en su 49º período de sesiones un informe sobre los progresos realizados en aplicación de la resolución. La Comisión tendrá a la vista el informe solicitado.

Plan de trabajo conjunto sobre los derechos humanos de la mujer

En su resolución 39/5, la Comisión pidió al Secretario General que procurara que se preparara anualmente un plan de trabajo conjunto sobre los derechos humanos de la mujer para el entonces Centro de Derechos Humanos y la División para el Adelanto de la Mujer. En su resolución 2003/44, la Comisión de Derechos Humanos alentó al Secretario General a que velara por la ejecución del plan de trabajo conjunto de la División para el Adelanto de la Mujer y la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, siguiera elaborando el plan para que se recogieran todos los aspectos de la labor que se estaba realizando y el análisis de sus resultados, determinara los obstáculos e impedimentos y las esferas de colaboración ulterior y lo pusiera a disposición de la Comisión de Derechos Humanos y de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer. La Comisión tendrá a la vista el plan de trabajo conjunto.

Mejoramiento de la situación de la mujer en el sistema de las Naciones Unidas

En su resolución 59/164 sobre el mejoramiento de la situación de la mujer en el sistema de las Naciones Unidas, la Asamblea General pidió al Secretario General que presentara a la Comisión en sus períodos de sesiones 49º y 50º un informe oral sobre el cumplimiento de la resolución, con estadísticas actualizadas sobre el número

y el porcentaje de mujeres empleadas en todas las dependencias orgánicas y en todas las categorías en el sistema de las Naciones Unidas. La Comisión recibirá un informe oral sobre esa resolución presentado por la Asesora Especial del Secretario General en Cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer. Asimismo, la Comisión tendrá ante sí, a título informativo, el informe que presente el Secretario General a la Asamblea General en su quincuagésimo noveno período de sesiones sobre la situación de la mujer en el sistema de las Naciones Unidas.

Violencia contra la mujer

En la resolución 50/166 sobre el papel del Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM) en la eliminación de la violencia contra la mujer, la Asamblea General pidió al UNIFEM que incluyera en sus informes periódicos información relativa al establecimiento de un fondo fiduciario para apoyar las medidas nacionales, regionales e internacionales con el objetivo de eliminar la violencia contra la mujer y que proporcionara esa información a la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer y la Comisión de Derechos Humanos. La Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer tendrá ante sí esa información.

Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer

De conformidad con el párrafo 2 del artículo 21 de la Convención, los informes del Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer se transmiten a la Comisión para su información. La Comisión tendrá ante sí, a título informativo, el informe del Comité sobre la labor realizada en sus períodos de sesiones 30° y 31° y una nota por la que se transmitan los resultados del 32° período de sesiones del Comité, celebrado del 10 al 28 de enero de 2005.

Documentación

Informe del Secretario General sobre medidas adoptadas y progresos alcanzados en el seguimiento y la aplicación de los resultados de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”, en especial en cuanto a la incorporación de una perspectiva de género en las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas (E/CN.6/2005/3)

Informe del Secretario General sobre la situación de la mujer palestina y asistencia en su apoyo (E/CN.6/2005/4)

Informe del Secretario General sobre la situación de las mujeres y las niñas en el Afganistán (E/CN.6/2005/5)

Informe del Secretario General sobre el plan de trabajo conjunto de la División para el Adelanto de la Mujer y la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (E/CN.4/2005/69-E/CN.6/2005/6)

Nota del Secretario General por la que se transmite información proporcionada por el Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer sobre la aplicación de la resolución 50/166 de la Asamblea General (E/CN.6/2005/7-E/CN.4/2005/70)

Nota de la Secretaría por la que se transmiten los resultados del 32° período de sesiones del Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (E/CN.6/2005/CRP.1)

Documentación presentada a título informativo

Informe del Secretario General sobre el mejoramiento de la situación de la mujer en el sistema de las Naciones Unidas (A/59/357)

Informe del Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer sobre la labor realizada en sus períodos de sesiones 30° y 31° (A/59/38)

Nota del Secretario General sobre las actividades del Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (A/59/135)

b) Nuevas cuestiones, tendencias y criterios respecto de los problemas que afectan a la situación de la mujer o a la igualdad entre la mujer y el hombre

En su resolución 1996/6, el Consejo decidió que en el programa de la Comisión se incluyera anualmente un subtema 3 b) sobre nuevas cuestiones, tendencias y criterios respecto de los problemas que afectan a la situación de la mujer o a la igualdad entre la mujer y el hombre y pidió al Secretario General que preparara un informe sobre las nuevas cuestiones en relación con ese subtema, cuando correspondiese, a solicitud de la Comisión o de su Mesa. No se ha pedido la preparación de un informe en relación con ese subtema.

c) Consecución de los objetivos estratégicos, adopción de medidas en cuestiones de interés fundamental y otras medidas e iniciativas

Mesa redonda de alto nivel

En su decisión 46/101, la Comisión decidió que, a partir de su 47° período de sesiones, introduciría la opción de las mesas redondas de alto nivel. Autorizó a la Mesa a que, tras celebrar consultas con todos los Estados interesados por conducto de los grupos regionales, adoptara una decisión acerca del número, el calendario y el tema de cada una de esas mesas redondas. En una reunión oficiosa celebrada el 14 de septiembre de 2004, la Comisión decidió que el tema de la mesa redonda de alto nivel del 49° período de sesiones fuera “Innovaciones en los arreglos institucionales para promover la igualdad de género a nivel nacional”. En relación con el tema 3 c), la Comisión tendrá ante sí directrices para las deliberaciones de la mesa redonda.

Documentación

Directrices para las deliberaciones de la mesa redonda de alto nivel. Nota de la Mesa (E/CN.6/2005/CRP.2)

Cuestiones temáticas

En su resolución 2001/4, el Consejo adoptó una decisión respecto del programa multianual de la Comisión para el período comprendido entre 2002 y 2006, inclusive un calendario para examinar la consecución de los objetivos estratégicos, la adopción de medidas en cuestiones de interés fundamental y otras medidas e iniciativas. Para 2005, se fijaron los dos temas siguientes: i) Examen de la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y de los documentos finales del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”; y ii) Retos actuales y estrategias orientadas hacia el futuro para el adelanto y la potenciación de la mujer y la niña.

Documentación

Informe del Secretario General sobre el examen y la evaluación de la Cuarta Conferencia Mundial sobre al Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado: “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI” (combinado con el informe del Secretario General sobre los retos actuales y las estrategias orientadas hacia el futuro para el adelanto y la potenciación de la mujer y la niña (E/CN.6/2005/2)

4. Comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer

En su resolución 76 (V), el Consejo estableció un procedimiento para que la Comisión recibiese y examinase las comunicaciones relativas a la condición de la mujer. En su resolución 304 I (XI), el Consejo enmendó la resolución 76 (V) y pidió al Secretario General que preparara, antes de cada período de sesiones de la Comisión, una lista de comunicaciones confidenciales y no confidenciales en la que expusiera brevemente lo esencial de cada comunicación.

En su resolución 1983/27, el Consejo reiteró el mandato de la Comisión de examinar las comunicaciones confidenciales y no confidenciales relativas a la condición jurídica y social de la mujer y la autorizó a que constituyera un grupo de trabajo que se ocupara de esas comunicaciones y preparara el informe correspondiente para la Comisión.

En su resolución 1993/11, el Consejo reafirmó que la Comisión estaba facultada para presentarle recomendaciones sobre las medidas que deberían adoptarse en cuanto a las nuevas tendencias y modalidades de discriminación contra la mujer que se desprendieran de esas comunicaciones.

En su decisión 2002/235, el Consejo decidió, con miras a mejorar la eficiencia y la eficacia del procedimiento de comunicaciones de la Comisión:

a) Que la Comisión, a partir de su 47° período de sesiones, designara en cada período de sesiones a los miembros del Grupo de Trabajo sobre las comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer para el siguiente período de sesiones, a fin de que los miembros pudieran reunirse y la secretaria pudiera publicar el informe tres días laborables antes de la aprobación del programa por la Comisión;

b) Pedir al Secretario General:

i) Que informara a los gobiernos acerca de cada comunicación relacionada con ellos que fuera a ser examinada por la Comisión, como mínimo 12 semanas antes de que el Grupo de Trabajo procediera al examen; y

ii) Que velara por que los miembros del Grupo de Trabajo recibieran con anticipación las listas de comunicaciones, incluidas las respuestas de los gobiernos, si las hubiere, para que las tuvieran en cuenta en la preparación del informe que presentarán a la Comisión para su examen.

Al clausurarse el 48° período de sesiones la Comisión designó a los miembros del Grupo de Trabajo para que desempeñaran sus funciones en el 49° período de sesiones. Se pedirá a la Comisión que designe, antes de la clausura del 49° período de sesiones, a los miembros del Grupo de Trabajo para el 50° período de sesiones.

Documentación

Nota del Secretario General por la que se transmite la lista confidencial de las comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer (E/CN.6/2005/SW/Communications List No. 39)

5. Seguimiento de las resoluciones y decisiones del Consejo Económico y Social

La Comisión tendrá ante sí una carta del Presidente del Consejo sobre el seguimiento de las directrices de política del Consejo.

En su resolución 2001/27, el Consejo invitó a sus comisiones orgánicas a que aportasen contribuciones concisas y orientadas a la adopción de medidas a sus series de sesiones anuales de alto nivel. La Comisión tendrá a la vista una nota de la Secretaría que se aporta a la serie de sesiones de alto nivel de 2005 del Consejo en relación con el tema “El logro de los objetivos de desarrollo convenidos internacionalmente, incluidos los que figuran en la Declaración del Milenio, y la aplicación de los resultados de las principales conferencias y cumbres de las Naciones Unidas: avances, dificultades y posibilidades”.

Documentación

Carta de fecha 16 de diciembre de 2004 dirigida a la Presidenta de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer por el Presidente del Consejo Económico y Social (E/CN.6/2005/8)

Nota de la Secretaría que se presenta como contribución a la serie de sesiones de alto nivel de 2005 del Consejo Económico y Social (E/CN.6/2005/CRP.4)

6. Programa provisional del 50º período de sesiones de la Comisión

De conformidad con el párrafo 3 de la resolución 1894 (LVII) del Consejo y con su decisión 2004/239, la Comisión tendrá ante sí un proyecto de programa provisional de su 50º período de sesiones, en que se indicarán los documentos que habrán de presentarse en relación con cada tema y la base legislativa que servirá para su preparación.

7. Aprobación del informe de la Comisión sobre su 49º período de sesiones

De conformidad con el artículo 37 del reglamento de las comisiones orgánicas del Consejo, la Comisión presentará al Consejo un informe sobre la labor realizada en su 49º período de sesiones.

Anexo I

Organización de los trabajos propuesta

<i>Fecha/hora</i>	<i>Tema del programa</i>	<i>Programa</i>
Lunes 28 de febrero		
		Apertura del período de sesiones
Mañana	2. Aprobación del programa y otras cuestiones de organización	Presentación de los informes seguida de un diálogo
	3. Seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”	Examen plenario de alto nivel para estudiar la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, así como las dificultades actuales y las estrategias orientadas hacia el futuro para el adelanto y la potenciación de los derechos de las mujeres y las niñas
Tarde	3 c) Consecución de los objetivos estratégicos, adopción de medidas en cuestiones de interés fundamental y otras medidas e iniciativas	Mesa redonda de alto nivel – Novedades en los arreglos institucionales para promover la igualdad entre los géneros en el plano nacional (<i>simultáneamente</i>)
Martes 1° de marzo		
Mañana	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel
Tarde	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel
Miércoles 2 de marzo		
Mañana	3 c) Grupo	Examen de la relación existente entre la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, y los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, inclusive los que figuran en la Declaración del Milenio: avances, dificultades y posibilidades
Tarde	3 c) Grupo	Sinergias entre la aplicación en el plano nacional de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing y la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer
Jueves 3 de marzo		
Mañana	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel
Tarde	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel

<i>Fecha/hora</i>	<i>Tema del programa</i>	<i>Programa</i>
Viernes 4 de marzo		
Mañana		Celebración del Día Internacional de la Mujer
Tarde	3 c) Grupo	Presentación de los proceso de examen y evaluación en el plano regional – Avances, dificultades y posibilidades
Lunes 7 de marzo		
Mañana	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel
Tarde	3. (<i>continuación</i>)	Examen plenario de alto nivel
Martes 8 de marzo		
		Celebración del Día Internacional de la Mujer (dos horas)
12.00 a 13.00 horas	5. Seguimiento de las resoluciones y decisiones del Consejo Económico y Social	
	6. Programa provisional del 50º período de sesiones de la Comisión	Presentación de propuestas, incluido el programa provisional del 50º período de sesiones de la Comisión
	3. (<i>continuación</i>)	Métodos de trabajo de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer
Tarde	3 c) Grupo	Dificultades pendientes en relación con las estadísticas y los indicadores, a partir de los debates celebrados en la mesa redonda de alto nivel organizada en el 48º período de sesiones, celebrado en 2004, así como los datos disponibles procedentes de la publicación <i>Situación de la mujer en el mundo: tendencias y estadísticas</i> (2005) y del <i>Estudio Mundial sobre el Papel de la Mujer en el Desarrollo</i> (2005)
Miércoles 9 de marzo		
Mañana	3 c) Grupo	Perspectivas futuras sobre la promoción de la igualdad entre los géneros: desde el punto de vista de los jóvenes de ambos sexos
Tarde	4. Comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer	Sesión privada para examinar el informe del Grupo de Trabajo sobre las comunicaciones relativas a la condición jurídica y social de la mujer

<i>Fecha/hora</i>	<i>Tema del programa</i>	<i>Programa</i>
Jueves 10 de marzo		
Mañana	3 c) Grupo	Incorporación de perspectivas de género en la macroeconomía
Tarde	3 c) Grupo	Papel de las organizaciones regionales e intergubernamentales en la promoción de la igualdad entre los géneros
Viernes 11 de marzo		
Mañana	3. (<i>continuación</i>)	Adopción de medidas sobre las propuestas
	3. (<i>finalización</i>)	Adopción de medidas sobre las cuestiones pendientes
Tarde	7. Aprobación del informe de la Comisión sobre su 49° período de sesiones	Clausura del 49° período de sesiones
		Apertura del 50° período de sesiones
	1.	Elección de la Mesa

Anexo II

Composición de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer en su 49º período de sesiones (2004)^a

(45 miembros con un mandato de cuatro años)

<i>Miembros</i>	<i>Conclusión de los períodos de sesiones 49º, 50º, 51º y 52º, respectivamente</i>
Alemania	2005
Argelia	2007
Argentina	2005
Armenia	2007
Azerbaiyán	2005
Bélgica	2007
Bolivia	2007
Botswana	2006
Burkina Faso	2006
Canadá	2007
China	2008
Congo	2007
Cuba	2006
El Salvador	2008
Emiratos Árabes Unidos	2006
Estados Unidos de América	2008
Federación de Rusia	2007
Gabón	2006
Ghana	2008
Guatemala	2006
Guinea	2005
Hungría	2008
India	2007
Indonesia	2006
Irán (República Islámica del)	2006
Islandia	2008
Japón	2005
Kazajstán	2008
Malasia	2006
Mauricio	2008
Nicaragua	2006

^a Los miembros terminan su mandato al finalizar los períodos de sesiones 49º, 50º, 51º y 52º, en 2005, 2006, 2007 y 2008, respectivamente, como se indica.

<i>Miembros</i>	<i>Conclusión de los períodos de sesiones 49º, 50º, 51º y 52º, respectivamente</i>
Nigeria	2007
Países Bajos	2005
Pakistán	2005
Perú	2005
Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte	2005
República de Corea	2006
República Dominicana	2008
República Unida de Tanzania	2005
Sudáfrica	2006
Sudán	2006
Suriname	2008
Tailandia	2007
Túnez	2005
Turquía	2007

Anexo III

Composición de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer en su 50º período de sesiones (2005)^a

(45 miembros con un mandato de cuatro años)

<i>Miembros</i>	<i>Conclusión de los períodos de sesiones 50º, 51º, 52º y 53º, respectivamente</i>
Alemania.....	2009
Argelia.....	2007
Armenia.....	2007
Bélgica.....	2007
Belice.....	2009
Bolivia.....	2007
Botswana.....	2006
Burkina Faso.....	2006
Canadá.....	2007
China.....	2008
Congo.....	2007
Croacia.....	2009
Cuba.....	2006
El Salvador.....	2008
Emiratos Árabes Unidos.....	2006
Estados Unidos de América.....	2008
Federación de Rusia.....	2007
Gabón.....	2006
Ghana.....	2008
Guatemala.....	2006
Hungría.....	2008
India.....	2007
Indonesia.....	2006
Irán (República Islámica del).....	2006
Islandia.....	2008
Japón.....	2009
Kazajstán.....	2008
Malasia.....	2006
Malí.....	2009
Marruecos.....	2009
Mauricio.....	2008

^a Los miembros terminan su mandato al finalizar los períodos de sesiones 50º, 51º, 52º y 53º, en 2006, 2007, 2008 y 2009, respectivamente, como se indica.

<i>Miembros</i>	<i>Conclusión de los períodos de sesiones 50º, 51º, 52º y 53º, respectivamente</i>
Nicaragua	2006
Nigeria	2007
Países Bajos	2009
Perú	2009
Qatar	2009
Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte	2009
República de Corea	2006
República Dominicana	2008
República Unida de Tanzania	2009
Sudáfrica	2006
Sudán	2006
Suriname	2008
Tailandia	2007
Turquía	2007



Consejo Económico y Social

Distr. general
10 de diciembre de 2004
Español
Original: inglés

Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

49º período de sesiones

28 de febrero a 11 de marzo de 2005

Tema 3 a) del programa provisional*

Seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”: examen de la incorporación de una perspectiva de género en las entidades del sistema de las Naciones Unidas

Medidas adoptadas y progresos alcanzados en el seguimiento y la aplicación de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, incluida una evaluación de los progresos realizados en la incorporación de una perspectiva de género en el sistema de las Naciones Unidas

Informe del Secretario General

Resumen

En el presente informe, presentado con arreglo a las resoluciones 48/4 de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer y 59/168 de la Asamblea General, se esbozan los logros alcanzados y las prácticas recomendadas en la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General por las entidades de las Naciones Unidas. Sobre la base de las aportaciones recibidas de las entidades de las Naciones Unidas, en el informe se analizan los esfuerzos hechos por el sistema de las Naciones Unidas para apoyar a los países en la aplicación. El informe contiene recomendaciones para mejorar la aplicación, que se someten a examen de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer.

* E/CN.6/2005/1.



Índice

	<i>Párrafos</i>	<i>Página</i>
I. Introducción.....	1–5	3
II. Logros alcanzados en la aplicación.....	6–57	4
A. Elaboración de políticas y estrategias.....	6–7	4
B. Arreglos institucionales.....	8–17	5
C. Actividades relativas a los programas y las operaciones.....	18–47	8
D. Entidades especializadas en la promoción de la igualdad entre los géneros.....	48–52	16
E. Colaboración interinstitucional.....	53–57	17
III. Obstáculos y problemas.....	58–64	18
IV. Conclusiones y recomendaciones.....	65–67	20

I. Introducción

1. En la Declaración de Beijing, aprobada por la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer celebrada en 1995, se instaba al sistema de las Naciones Unidas a que contribuyera a la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing. En la Plataforma de Acción se hacía hincapié en que para lograr la aplicación eficaz de la Plataforma de Acción y promover el adelanto de la mujer en los planos nacional, subregional, regional e internacional, el sistema de las Naciones Unidas debía apoyar una política activa y visible de incorporación de una perspectiva de género, entre otras cosas, en la vigilancia y evaluación de todos los programas y políticas, y asignar al nivel más alto posible la responsabilidad de lograr que en todos los programas y políticas se aplicara la Plataforma de Acción y se integrara una perspectiva de género. Se pidió a las comisiones regionales de las Naciones Unidas que alentaran a las instituciones nacionales pertinentes a vigilar y aplicar la Plataforma de Acción de conformidad con sus mandatos y les prestaran la asistencia necesaria.

2. En el documento final de su vigésimo tercer período extraordinario de sesiones (resolución S-23/3 de la Asamblea General, anexo) la Asamblea instó a las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas y otras entidades a respaldar la acción de los gobiernos y, cuando procediera, a formular sus propios programas complementarios a los efectos de lograr la aplicación plena y efectiva de la Plataforma de Acción. Se pidió además al sistema de las Naciones Unidas, que prestara asistencia a los gobiernos, a solicitud de éstos, para incorporar una perspectiva de género en la planificación del desarrollo nacional, crear una capacidad institucional, formular planes de acción nacionales o seguir ejecutando los planes de acción existentes, y apoyar a las organizaciones no gubernamentales (ONG), en particular las organizaciones de mujeres, para fomentar su capacidad de promover y aplicar la Plataforma de Acción, evaluar sus resultados y hacer el seguimiento correspondiente.

3. En su resolución 59/168, la Asamblea General exhortó a las entidades del sistema de las Naciones Unidas, en el marco de sus respectivos mandatos, a que siguieran tomando medidas eficaces para lograr la aplicación plena y efectiva de la Plataforma de Acción y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones. Afirmó que, para poder cumplir los objetivos estratégicos, el sistema de las Naciones Unidas debía seguir promoviendo una política activa y visible de incorporación de las perspectivas de género, mediante la labor, entre otras, de la División para el Adelanto de la Mujer y la Oficina del Asesor Especial en cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer, y manteniendo dependencias y centros de coordinación relacionados con las cuestiones de género y especialistas en esas cuestiones, y con el apoyo activo de todos los órganos de las Naciones Unidas, entre otras cosas asegurándose de que todo el personal de las Naciones Unidas, especialmente sobre el terreno, recibiera capacitación sobre las perspectivas de género en su trabajo, incluido el análisis de las repercusiones de los aspectos de género en sus actividades, y de que se hiciera un seguimiento adecuado de dicha capacitación.

4. En su resolución 48/4, la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer pidió al Secretario General que incluyera una evaluación de la aplicación de esa resolución en su informe a la Comisión en su 49º período de sesiones. En su resolución 59/168, la Asamblea General pidió al Secretario General que presentara informes anuales a la Asamblea General, el Consejo Económico y Social y la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer sobre el seguimiento y la marcha de la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y del documento

final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones, con una evaluación de los progresos alcanzados en la incorporación de la perspectiva de género dentro del sistema de las Naciones Unidas, con inclusión de información sobre los logros principales, la experiencia adquirida y las prácticas recomendables, y que recomendara nuevas medidas y estrategias para la acción del sistema de las Naciones Unidas en el futuro.

5. En el presente informe, presentado en cumplimiento de esas resoluciones, se esbozan los logros alcanzados por las entidades del sistema de las Naciones Unidas y las prácticas recomendadas en relación con la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, en especial mediante la adopción de políticas y estrategias que incorporen cuestiones de género, el fomento de la capacidad del personal y la elaboración de instrumentos y metodologías que tengan en cuenta las cuestiones de género para apoyar la aplicación a nivel nacional. En este informe se destacan las deficiencias y los problemas que aún no se han resuelto. El informe, que se basa en las aportaciones recibidas de las entidades de las Naciones Unidas, no pretende dar una visión general integral, sino ejemplos ilustrativos provenientes de las entidades del sistema de las Naciones Unidas¹. Contiene recomendaciones para mejorar la aplicación en el sistema de las Naciones Unidas, que se someten al examen de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer.

II. Logros alcanzados en la aplicación

A. Elaboración de políticas y estrategias

6. Desde que se celebró la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, la mayoría de las entidades de las Naciones Unidas han elaborado políticas en materia de igualdad entre los géneros y adelanto de la mujer. Aunque muchas de esas políticas se basaron en la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing, se generó un nuevo impulso al aprobarse el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General en 2000. Las entidades también hicieron hincapié en que las conclusiones convenidas por el Consejo Económico y Social 1997/2 sobre la incorporación de una perspectiva de género, la Declaración del Milenio (2000) y la resolución 1325 (2000) del Consejo de Seguridad sobre las mujeres, la paz y la seguridad facilitaban progresos ulteriores. En 2001-2002, el Programa Mundial de Alimentos (PMA) llevó a cabo un examen y una evaluación intensos de sus compromisos relativos a la mujer (1996-2001) y, sobre la base de la experiencia adquirida, elaboró su actual política en materia de género (2003-2007). Sobre la base de la experiencia adquirida en la aplicación de la estrategia para la integración de la mujer en el sector marítimo (1988), la Organización Marítima Internacional (OMI) aprobó su Programa de Acción para la igualdad de oportunidades y el progreso de la mujer en el sector marítimo (1997-2001).

7. En el último decenio, muchas de las entidades de las Naciones Unidas se inclinaron hacia un enfoque más integral para el logro de la igualdad entre los géneros, sobre la base de la estrategia de incorporación de las cuestiones de género, para lo cual es necesario aprobar políticas, procedimientos y programas que tengan en cuenta las cuestiones de género. En julio de 2004, la Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios dio a conocer su Política y Plan de Acción sobre la incorporación de las cuestiones de género para orientar las tareas de incorporación de las

perspectivas de género en la defensa y la gestión de la información en materia humanitaria, la elaboración de políticas, la coordinación de la respuesta humanitaria y la movilización de recursos. En 2002, la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH) aprobó una estrategia de incorporación de una perspectiva de género en que se hacía hincapié en el establecimiento de una red de centros de coordinación en materia de género para todas las dependencias, la individualización de las necesidades de capacitación, la atención a las perspectivas de género en la elaboración de los programas de reuniones, la selección de proyectos, los planes de trabajo individuales y de equipo, y la vigilancia de la marcha de los trabajos. La Oficina Internacional del Trabajo (OIT) informó de que todas sus oficinas regionales habían aprobado políticas de igualdad entre los géneros y estrategias de incorporación de una perspectiva de género, la más reciente de las cuales era la política y estrategia para la región de Asia (2004-2007), que contenía indicadores y objetivos pormenorizados y un presupuesto aprobado para su ejecución. Análogamente, el Organismo Internacional de Energía Atómica (OIEA) está elaborando una política de incorporación de la perspectiva de género que se introducirá en el primer trimestre de 2005. La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) llevó a cabo una prueba experimental de una metodología relacionada con el género y la edad en 14 países, para tomarla como base de la formulación de la política de igualdad entre los géneros de esa organización.

B. Arreglos institucionales

8. Las entidades elaboraron mecanismos institucionales para facilitar una aplicación eficaz. Algunos de los mecanismos estratégicos son los siguientes: recursos especializados en materia de género, como dependencias y centros de coordinación en la materia; fomento de la capacidad del personal; elaboración y utilización de metodologías e instrumentos, y mecanismos de vigilancia, evaluación y rendición de cuentas.

9. En las entidades se han elaborado diversos recursos especializados en materia de género que desempeñan una importante función de apoyo a la incorporación de la perspectiva de género en las organizaciones y promueven el intercambio de experiencias y prácticas recomendadas entre las organizaciones mediante el establecimiento de redes. En 1999, el Programa de la Mujer y el Hábitat del Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU-Hábitat), que había estado en marcha desde 1991, se fusionó con la Dependencia de Incorporación de la Perspectiva de Género para formar la actual Dependencia de Actuación en Materia de Género. El Organismo de Obras Públicas y Socorro de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina en el Cercano Oriente (OOPS) estableció un equipo de tareas sobre cuestiones de género para examinar las formas de integrar mejor la igualdad entre los géneros. En 2003, la Comisión Económica y Social para Asia Occidental (CESPAO) estableció su Centro de la Mujer.

10. Varias entidades contaban con el apoyo de redes de centros de coordinación en cuestiones de género. Por ejemplo, el equipo del programa sobre género del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) recibe el apoyo de una red mundial de conocimientos sobre cuestiones de género, integrada por 134 centros de coordinación en cuestiones de género de las oficinas en los países, y 20 especialistas en cuestiones de género que trabajan como voluntarios de las Naciones Unidas. A su

vez, la red de centros de coordinación de cuestiones de género de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) desarrolla sus actividades en 90 de las 200 misiones sobre el terreno y ha establecido un grupo de trabajo sobre cuestiones de género en la sede. El Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz nombró a un asesor en cuestiones de género en la Sede y estableció cargos de asesor en materia de género en 10 de las 17 operaciones de mantenimiento de la paz, incluida la Misión de Avanzada en el Sudán, que siguen bajo la dirección del Departamento de Asuntos Políticos.

11. La mayoría de las entidades de las Naciones Unidas han elaborado y organizado programas para sensibilizar en cuestiones de género a funcionarios y asociados en la Sede y sobre el terreno. En enero de 2004, la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) organizó el primer seminario de capacitación en cuestiones de género para coordinadores del tema destinado en la sede y en las oficinas sobre terreno. La Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT) organizó varios seminarios de creación de capacidad para incorporar una perspectiva de género para su personal de la sede. Con miras a fomentar la capacidad institucional y promover la transformación de las organizaciones, el PNUD capacitó a sus altos funcionarios con miras a que en sus equipos de trabajo se contara con los conocimientos necesarios en materia de género. El PMA incorporó su programa de Compromisos relativos a la mujer en otros programas de capacitación de administradores, y la OIM llevó a cabo una serie de seminarios sobre metodología de la planificación en materia de género.

12. Otras entidades también han adoptado medidas para fomentar la capacidad institucional. Por ejemplo, el Departamento de Asuntos de Desarme organizó una mesa redonda titulada “Un desarme más eficaz: los hombres y las mujeres trabajan juntos”. En mayo de 2004, el Departamento de Asuntos Políticos organizó una reunión de oficinas locales, en que los Representantes Especiales del Secretario General examinaron los progresos alcanzados y las dificultades que se planteaban en relación con la incorporación de la perspectiva del género en sus actividades.

13. Las entidades elaboraron diversas metodologías e instrumentos para aumentar la eficacia de los programas de fomento de la capacidad en materia de género. Varias entidades adoptaron metodologías e instrumentos concretos en relación con la incorporación de una perspectiva de género. Por ejemplo, el Departamento de Asuntos de Desarme, el Servicio de Actividades relativas a las Minas y otros miembros del Grupo Interinstitucional de Coordinación de Actividades Relativas a las Minas han elaborado directrices para integrar las perspectivas del género en el programa de actividades relativas a las minas. El Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz ha preparado recientemente un juego de materiales sobre recursos relacionados con el género para las operaciones de mantenimiento de la paz, con miras a facilitar la formación del personal militar y civil de mantenimiento de la paz.

14. También se han hecho esfuerzos para integrar las perspectivas de género en los instrumentos existentes. Por ejemplo, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) se cercioró de que en su Manual de Políticas y Procedimientos de Programas y Manual de Capacitación para el Proceso de Programación se reflejaran las perspectivas de género. La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) y el PMA trabajaron conjuntamente para elaborar

directrices que integraran el análisis de las cuestiones de género en los programas de emergencia y rehabilitación.

15. Una serie de entidades han adoptado medidas para incorporar una perspectiva de género en la planificación y la presupuestación basadas en los resultados, con miras a facilitar la supervisión y evaluación de las actividades de los programas dirigidas a la mujer y establecer los principios de una rendición de cuentas eficaz. En la Secretaría, a partir del bienio 2000-2001, el Departamento de Gestión ha incorporado una perspectiva de género en las instrucciones que ha elaborado para los presupuestos por programas. En el informe del Secretario General sobre la ejecución de los programas de las Naciones Unidas en el bienio 2002-2003 (A/59/69) se examina la evaluación de la igualdad entre los géneros que hizo la Oficina de Servicios de Supervisión Interna (OSSI). De 26 programas, ocho contenían los logros previstos en lo relativo a la dimensión del género en su labor en todos sus subprogramas, y nueve contenían los logros alcanzados en algunos de sus subprogramas. De 133 subprogramas, el 39% contenía una referencia explícita a cuestiones de género por lo menos en uno de los logros previstos. Por ejemplo, los presupuestos por programas del Departamento de Asuntos de Desarme para los bienios 2004-2005 y 2006-2007 contenían un logro previsto relativo a la incorporación de una perspectiva del género en cada uno de sus subprogramas.

16. Varias entidades utilizaban otros mecanismos internos para vigilar y evaluar la implementación, como encuestas, exámenes, evaluaciones, auditorías e informes anuales. Por ejemplo, desde 2001, la OIT ha llevado a cabo 20 auditorías sobre las cuestiones de género de sus programas, con participación de los interesados a nivel regional y de la sede, y ahora está haciendo auditorías de las cuestiones de género con carácter experimental para los integrantes de su base, es decir, gobiernos, organizaciones de empleados y sindicatos. Una encuesta de referencia que llevó a cabo en 2003 el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) permitió determinar que en el 80% de los documentos de estrategia y oportunidades nacionales del Fondo se habían abordado cuestiones de género y que en el 70% de los planes de trabajo y presupuestos anuales para proyectos del Fondo se habían asignado recursos humanos y financieros a las actividades relacionadas con el género. En los informes anuales orientados a los resultados correspondientes a 2001 y 2002 se indicó que habían aumentado las intervenciones del PNUD encaminadas a promover la igualdad entre los géneros, tanto en lo relativo al número de países que presentaban informes como al alcance de las actividades. En 2004, el ONU-Hábitat determinó que la evaluación de los efectos en materia de género sería como parte de la planificación, gestión y evaluación de proyectos, y estipuló que todas las propuestas de financiación de proyectos explicaran la forma en que se abordarían las cuestiones prioritarias de las mujeres y de los hombres. Los miembros de la junta del Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social (UNRISD) supervisan la incorporación de las perspectivas del género en la labor del Instituto, lo que constituye un poderoso incentivo para que los coordinadores de las investigaciones incluyan las cuestiones de género en sus respectivas esferas de actividades.

17. Varias entidades señalaron que la voluntad política y la existencia de pautas establecidas de responsabilidad, en particular en los niveles superiores de una entidad, eran importantes para aplicar la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General. Algunas entidades hicieron hincapié en la importancia de integrar una perspectiva de género en las descripciones de funciones y los planes de trabajo, e

introdujeron el rendimiento en relación con la incorporación de una perspectiva de género en las evaluaciones del personal. Por ejemplo, la Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios preparó directrices sobre la función y las responsabilidades de los coordinadores de asuntos humanitarios en relación con la incorporación de una perspectiva de género en las actividades a nivel nacional.

C. Actividades relativas a los programas y las operaciones

18. Desde que se aprobaron la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing, la igualdad entre los géneros se incorpora cada vez con mayor frecuencia en los programas y las actividades operacionales del sistema de las Naciones Unidas. Se pueden observar adelantos, aunque desiguales, en la ejecución de las 12 esferas de preocupación críticas. Las dimensiones de género se tienen cada vez más en cuenta en las esferas de promoción de la paz y la seguridad, labores humanitarias y de reconstrucción, tecnologías de la información y las comunicaciones, VIH/SIDA y trata de personas.

19. Las entidades de las Naciones Unidas han llevado a cabo una amplia variedad de actividades programáticas, tanto en la sede como sobre el terreno, algunas de las cuales han consistido en prestar apoyo para el cambio legislativo, la elaboración de políticas y la planificación y ejecución de programas. Las entidades han apoyado el fomento de la capacidad nacional para integrar las perspectivas de género en las políticas y los programas nacionales mediante la capacitación, la elaboración de directrices y de manuales, y la prestación de asistencia técnica. Se ha prestado apoyo para la participación de la mujer en los procesos de elaboración de políticas y adopción de decisiones. Las entidades han apoyado los esfuerzos de los gobiernos encaminados a crear conciencia, con inclusión de la movilización de la opinión pública, mediante la promoción, la investigación concreta de las cuestiones de género, conferencias, talleres, seminarios, capacitación, recopilación y difusión de estadísticas desglosadas por género, e intercambio y difusión de información. Las entidades también han apoyado la asistencia directa a los grupos con dificultades especiales.

20. Las entidades han desplegado esfuerzos considerables para incorporar una perspectiva de género en el apoyo de los programas de los gobiernos nacionales. Por ejemplo, el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) ha establecido mecanismos nacionales, en colaboración con los gobiernos, para vigilar y reducir la violencia basada en el género. El PNUD ayudó a más de 40 países a poner en marcha iniciativas presupuestarias que tuvieran en cuenta las cuestiones de género. En Mongolia, el PNUD promovió un proyecto nacional de examen de presupuestos, políticas macroeconómicas y documentos de estrategia de lucha contra la pobreza desde una perspectiva del género. Los recursos especializados en materia de género de las operaciones de mantenimiento de la paz, en especial la Misión de Administración Provisional de las Naciones Unidas en Kosovo (UNMIK) y la Misión de Asistencia de las Naciones Unidas para el Afganistán (UNAMA), han desempeñado una función importante suministrando insumos técnicos y facilitando la incorporación de las perspectivas de género en la redacción de nuevas constituciones y legislación, y en la elaboración de leyes concretas sobre cuestiones de género.

21. Varias entidades han promovido la igualdad entre los géneros y el adelanto de la mujer de diversas maneras. Las entidades de las Naciones Unidas, con inclusión del PNUD, el UNFPA y el Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la

Mujer (UNIFEM), han desempeñado un importante papel en la promoción de la igualdad entre los géneros en los procesos del sistema de evaluación común para los países y en el Marco de Asistencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo (MANUD), así como en los trabajos relativos a los objetivos de desarrollo del Milenio y los documentos de estrategia de lucha contra la pobreza, entre otras cosas, mediante el establecimiento de grupos temáticos sobre el género. En febrero de 2004, el Programa conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA (ONUSIDA) lanzó una nueva iniciativa de colaboración: la Coalición Mundial sobre la Mujer y el SIDA, con cuatro objetivos concretos: a) dar mayor visibilidad a las cuestiones relativas a la mujer, las niñas y el SIDA; b) impulsar actividades para abordar esas cuestiones; c) facilitar la colaboración a todos los niveles, y d) multiplicar las actividades que conduzcan a mejorar, de manera concreta y mensurable, la calidad de vida de las mujeres y las niñas². En el marco de su iniciativa para la rehabilitación y la reconstrucción industrial de los países después de un conflicto, la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUUDI) promovió el espíritu empresarial de la mujer en países como el Afganistán, Burundi, el Iraq, la República Democrática del Congo y el Sudán.

22. En colaboración con el UNFPA, el UNICEF y la Organización Mundial de la Salud (OMS), el ONUSIDA llevó a cabo una iniciativa de prevención del VIH en los adolescentes de 10 a 14 años, que tiene en cuenta las cuestiones de género y se centra concretamente en el proceso de socialización que afecta de manera tan poderosa la vulnerabilidad de las niñas al VIH. La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos apoyó la redacción de leyes sobre los derechos de la mujer, tales como leyes sobre la eliminación de la discriminación, la violencia en el hogar, la trata de mujeres y la participación política, y dio capacitación a las ONG que trabajan en la esfera de los derechos humanos de la mujer. En sus actividades de capacitación en la esfera de la paz y la seguridad, la División de Administración Pública y de Gestión del Desarrollo del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales abordó las cuestiones de género en los programas de consolidación de la paz y de desarrollo en situaciones de conflicto.

23. Varias entidades promovieron concretamente la participación de la mujer en los procesos de elaboración de políticas y adopción de decisiones. El Departamento de Asuntos de Desarme elaboró una base de datos amplia que abarca a expertos en cuestiones de la mujer y organizaciones de mujeres especializadas en asuntos de seguridad y desarme, con miras a dar mayor participación a la mujer en conferencias y otras reuniones. La Oficina del Representante Personal del Secretario General para el Líbano Meridional destacó los beneficios derivados de la intervención de la mujer en las campañas encaminadas a aumentar la conciencia del problema de las minas y alentó su participación activa. La OMI financió becas para que las mujeres tuvieran acceso a formación marítima especializada, con miras a integrarlas en las actividades marítimas regulares y a aumentar su empleo en el sector y aumentar el porcentaje de mujeres que ocupan cargos superiores de gestión.

24. Las comisiones regionales de las Naciones Unidas desempeñaron un papel fundamental en el apoyo de los esfuerzos realizados por los Estados Miembros de las diferentes regiones. En particular, han prestado apoyo para reforzar las estructuras nacionales para el adelanto de la mujer. Por ejemplo, la Comisión Económica y Social para Asia Occidental alentó a los Estados miembros de la región a establecer estructuras nacionales permanentes sobre cuestiones de género y ayudó a los gobiernos a formular estrategias, planes y programas regionales y nacionales de

potenciación y adelanto de la mujer. Para ayudar a los Estados miembros a vigilar y evaluar los progresos alcanzados en la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing, la Comisión Económica para África elaboró diversos instrumentos de supervisión y evaluación de la incorporación de una perspectiva del género, que actualmente se usan en 18 países de la región. La Comisión Económica y Social para Asia y el Pacífico organizó una reunión regional de estructuras nacionales en colaboración con el Gobierno de la República de Corea, en que se adoptaron una serie de recomendaciones para orientar a los países en sus actividades de seguimiento. La Comisión Económica para América Latina y el Caribe ejecutó un proyecto de fomento de la capacidad de los mecanismos nacionales de gobernanza. Las comisiones regionales también organizaron conferencias preparatorias regionales para el examen decenal de la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing.

25. Los programas de asistencia técnica del sistema de las Naciones Unidas, dirigidos concretamente a las mujeres y las niñas, abarcaron una amplia gama de cuestiones. Algunas de las actividades tenían por objeto facilitar la potenciación económica de la mujer, mientras que otras se dirigían concretamente a las mujeres en riesgo. Por ejemplo, el FIDA apoyó el desarrollo de microempresas y el acceso a servicios financieros para actividades rurales de la mujer. Las guarderías comunitarias establecidas por los Voluntarios de las Naciones Unidas en el Níger han aliviado la carga que pesa sobre las mujeres y las niñas, y aumentado la tasa de asistencia escolar de las niñas, además de brindar oportunidades para que las mujeres desarrollen actividades productivas. La ONUDI organizó programas de formación administrativa y técnica para empresarias de los sectores textil y de procesamiento de alimentos.

26. El Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) puso en marcha programas para las mujeres en riesgo en relación con el vertido de mercurio y los peligros derivados de los contaminantes orgánicos persistentes. Mediante su Programa Especial de seguridad alimentaria, la FAO ejecutó proyectos en 100 países, prestando asistencia a las viudas de la guerra en el Iraq para el cultivo de vegetales y la cría de aves de corral y pequeños rumiantes. En Viet Nam, los Voluntarios de las Naciones Unidas promovieron las actividades de generación de ingresos de los jóvenes menos favorecidos, especialmente las jóvenes. El Instituto Interregional de las Naciones Unidas para Investigaciones sobre la Delincuencia y la Justicia elaboró un programa sobre el tráfico de menores y mujeres jóvenes de Nigeria a Italia con fines de explotación sexual. El programa, concebido como un proyecto de mujeres para mujeres, fue ejecutado por organizaciones no gubernamentales de Nigeria. En respuesta al importante aumento del número de mujeres afectadas de cáncer (de mama, de ovario y del cuello del útero), el programa de acción del OIEA sobre el tratamiento del cáncer se dedicó al diagnóstico precoz del cáncer en la mujer, la elaboración de estrategias terapéuticas y la organización de actividades de toma de conciencia.

27. A partir de 1995, el UNFPA comenzó a plantear la cuestión de los efectos perjudiciales de la mutilación genital o circuncisión femenina a la Asociación de ancianos de Sabinu y los jefes de los clanes del distrito de Kapchorwa en Uganda. En el plazo de dos años, la práctica se había reducido en un 36%. En Malí, el Ecuador, Jamaica y el Yemen, los Voluntarios de las Naciones Unidas organizaron seminarios para mujeres sobre su papel en la utilización y preservación del medio ambiente. La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados promovió la representación y la participación activa de las mujeres refugiadas y desplazadas en las conversaciones de paz de Burundi, Rwanda y Somalia.

28. Las entidades de las Naciones Unidas organizaron actividades de fomento de la capacidad y seminarios de concienciación y capacitación destinados a un extenso grupo de participantes, en especial funcionarios de los ministerios de finanzas y planificación, expertos en estadística, contadores nacionales, analistas políticos, consejos nacionales de lucha contra el SIDA, personal y administradores de los servicios de salud, personal de mantenimiento de la paz, funcionarios del sistema judicial y de policía, medios de difusión, directores de publicaciones, grupos de hombres, integrantes de las fuerzas armadas, estudiosos, grupos y redes de mujeres y organizaciones religiosas. El OOPS creó 64 centros de programas para la mujer que organizaron reuniones de concienciación en los campamentos de refugiados sobre cuestiones como la salud, el VIH/SIDA, la pobreza, el medio ambiente y la igualdad entre los géneros. La Misión de las Naciones Unidas de verificación de derechos humanos en Guatemala (MINUGUA) prestó asesoramiento y capacitación a las organizaciones de mujeres y las ayudó a establecer redes y foros para el debate y la creación de consenso sobre las políticas de género de las instituciones gubernamentales. El UNFPA organizó seminarios sobre higiene sexual y reproductiva y sobre igualdad entre los géneros para 15.000 hombres de las fuerzas armadas del Paraguay. La OMI llevó a cabo seminarios de sensibilización en asociación con varias instituciones académicas, entre las que cabe mencionar a la Academia Árabe de Ciencia, Tecnología y Transporte Marítimo, con miras a aumentar la presencia y la influencia de la mujer en la industria marítima.

29. Durante la capacitación se elaboraron y emplearon una gran cantidad de instrumentos y metodologías. En Indonesia, el UNICEF prestó apoyo para la preparación de un manual sobre material didáctico que tuviera en cuenta las cuestiones de género para su utilización por autores y editores de libros de texto. Para facilitar la incorporación de las perspectivas de género, el UNFPA elaboró y ensayó directrices detalladas para el personal y los administradores sobre la violencia basada en el género, incluido el abuso sexual durante la infancia, la violencia en el hogar, las violaciones y las agresiones sexuales. La Comisión Económica para África está elaborando una guía para incorporar las perspectivas de género y la producción doméstica a las estrategias de reducción de la pobreza en África, con miras a mejorar la formación de estadísticos, encargados de la contabilidad nacional y analistas de política en materia de reunión, análisis e incorporación de datos desglosados por sexo a los instrumentos nacionales de planificación. La UNESCO elaboró directrices para la preparación de planes de “Educación para todos” que tengan en cuenta las cuestiones de género y las distribuyó ampliamente en Asia y el Pacífico, África y América Latina y el Caribe. La OMS preparó manuales para que los trabajadores y educadores de la salud ayuden a los adolescentes a reflexionar sobre la masculinidad y las relaciones entre los géneros en relación con diversas cuestiones de salud.

30. Varias entidades prestaron ayuda a los Estados partes en la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer en relación con el cumplimiento de sus obligaciones de presentación de informes y aplicación de las disposiciones de la Convención. Por ejemplo, la Oficina de las Naciones Unidas en Guinea-Bissau (UNOGBIS) prestó asistencia técnica para la preparación y presentación del primer informe de ese país.

31. Para fomentar la conciencia en materia de igualdad entre los géneros entre un amplio grupo de agentes de desarrollo, las entidades de las Naciones Unidas organizaron conferencias, talleres y seminarios dirigidos a grupos que abarcaban desde funcionarios de alto nivel de los gobiernos y de las Naciones Unidas hasta miembros

de la sociedad civil, con inclusión de organizaciones de mujeres. Se dedicaron reuniones especiales a la cuestión de la igualdad entre los géneros. El PNUMA organizó en 2004 un seminario consultivo para mujeres, en el que se abordaron las cuestiones que van surgiendo en la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing. En 1998, ONU-Hábitat, el PNUD, el ACNUR y el UNIFEM organizaron conjuntamente en Kigali (Rwanda) una consulta internacional sobre los derechos de las mujeres en materia de tierras y propiedad en el contexto de los conflictos y la reconstrucción. La UNESCO organizó, en colaboración con las autoridades tayikas, una conferencia sobre el diálogo intercultural en el Asia central, en la que se hizo hincapié en la participación activa de la mujer en el establecimiento y la promoción del diálogo intercultural y la paz en el Asia central. En marzo de 2003, la Organización Meteorológica Mundial (OMM) organizó su segunda conferencia sobre la participación de las mujeres en la meteorología y la hidrología.

32. También se incorporaron las perspectivas de género en los temas de otras reuniones. El Departamento de Asuntos de Desarme (DDA) incorporó las perspectivas de género a las conferencias sobre el comercio ilícito de armas pequeñas y armas ligeras, por ejemplo, en una conferencia celebrada en Egipto en 2003, de la que un importante segmento se dedicó a las mujeres y la paz y la seguridad en el contexto del desarme. En una de sus consultas entre múltiples interesados sobre el Consenso de Monterrey, celebrada en Malí en 2004, la Oficina de Financiación para el Desarrollo del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales hizo una presentación sobre los efectos de los servicios de microfinanciación en los clientes pobres y la igualdad entre los géneros.

33. Con los compromisos contraídos por los países en relación con la Declaración del Milenio y los objetivos de desarrollo del Milenio y del seguimiento de los progresos hacia la igualdad entre los géneros, las entidades de las Naciones Unidas han podido centrarse más en la reunión y el análisis de datos que tengan en cuenta las cuestiones de género, así como en los indicadores sensibles al género. La Comisión Económica para Europa prestó asistencia a los Estados miembros del Asia central para reforzar la capacidad de sus oficinas estadísticas y mejorar el diálogo entre los usuarios y los productores de datos. La Comisión Económica para África elaboró el índice africano de género y desarrollo, que mide la disparidad entre la situación de la mujer y la del hombre y evalúa los progresos alcanzados por los gobiernos en la aplicación de las políticas en materia de género. El UNICEF ha asumido un papel de liderazgo en la formulación de nuevos indicadores en materia de protección de la infancia, con especial hincapié en la prevención de los matrimonios precoces y la mutilación y el corte genital femeninos. El OOPS elaboró formularios para la presentación de datos que facilitarían la reunión de datos desglosados por sexo.

34. Las entidades crearon bases amplias de datos estadísticos con datos desglosados por sexo, como las bases de datos elaboradas por el Banco Mundial para la región de América Latina y el Caribe, y por el PNUD, en colaboración con la Comisión Económica para Europa, para ese continente. La Comisión Económica para América Latina y el Caribe creó un sistema integrado de indicadores de género con acceso a 22 reseñas de países, por ejemplo sobre la población, la fecundidad, el hogar y la familia, la educación, el empleo y los ingresos, la pobreza, la salud y la participación política³.

35. En varias entidades se resaltó la importancia de crear capacidad para la reunión, el uso y el análisis de datos desglosados por sexo. La FAO dio capacitación a

especialistas nacionales en estadísticas agrícolas acerca de la reunión de datos sobre la contribución de las mujeres y de los hombres al desarrollo agrícola y rural. La Comisión Económica y Social para Asia y el Pacífico, en colaboración con el Banco Asiático de Desarrollo, organizó seminarios a fin de subrayar la importancia de las estadísticas sociales y de género, en especial en lo relativo al seguimiento de los objetivos de desarrollo del Milenio.

36. El PNUD informó que el apoyo prestado por las entidades a la reunión y el análisis de datos en los distintos países había contribuido a la elaboración de los sistemas de evaluación común para los países y del marco de asistencia de las Naciones Unidas para el desarrollo, así como de documentos de estrategia de lucha contra la pobreza, informes sobre los objetivos de desarrollo del Milenio e informes nacionales sobre desarrollo humano en que se tenían más en cuenta los aspectos relacionados con el género. Además, el informe elaborado en 2004 en forma conjunta por el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial sobre los progresos en la aplicación de los documentos de estrategia de lucha contra la pobreza mostró que se estaban utilizando con mayor frecuencia datos desglosados por sexo y grupo social en el seguimiento de la ejecución de las estrategias de reducción de la pobreza, aunque todavía es necesario mejorar la calidad de los datos. Se debe hacer más para tener acceso a estadísticas e indicadores en ámbitos tales como la pobreza, la energía, el agua, el VIH/SIDA, las tecnologías de la información y las comunicaciones y la economía.

37. Numerosas entidades han llevado a cabo investigaciones, preparado informes relativos específicamente a las mujeres y las niñas, e incorporado perspectivas de género a la documentación y los trabajos de investigación principales. La Universidad de las Naciones Unidas preparó estudios sobre las mujeres y los niños en la consolidación de la paz después de un conflicto, la trata de mujeres y niñas, y las mujeres en la ordenación de los recursos naturales. También procuró incorporar las perspectivas de género a los proyectos de investigación sobre la desigualdad y las estructuras sociales en las economías en transición, y sobre los refugiados y el desplazamiento forzoso.

38. Existe un volumen cada vez mayor de trabajos de investigación relativos al género en diversos ámbitos. En 2004, el PNUMA elaboró una publicación titulada *La mujer y el medio ambiente*, en la que puso de manifiesto la ventaja que supone hacer participar a las mujeres en la formulación de políticas sobre el medio ambiente y proporcionó directrices detalladas sobre la incorporación de las cuestiones del medio ambiente en la ordenación de los recursos hídricos, la preservación de la diversidad biológica y la lucha contra la desertificación. Sobre la base de la encuesta internacional sobre las víctimas del delito, el Instituto Interregional de las Naciones Unidas para Investigaciones sobre la Delincuencia y la Justicia hizo un trabajo de investigación comparativa sobre la violencia basada en el género en más de 70 países. La Comisión Económica para Europa preparó reseñas de países sobre el sector de la vivienda, que incluían análisis de los efectos de las condiciones de vivienda deficientes en las mujeres, en particular las mujeres que son cabeza de familia y las solteras. La Comisión Económica para América Latina y el Caribe elaboró un documento de posición titulado “Caminos hacia la equidad de género”, en el que se examinan los factores sociales y económicos que influyen en el acceso de la mujer a los recursos de producción, así como su uso y control de ellos, y que dificultan su incorporación al mercado laboral y la posibilidad de ganarse la vida. El Centro de Comercio Internacional UNCTAD/OMC hizo un estudio sobre el papel

de las mujeres palestinas en la floricultura (1998), en el que se evaluaba en qué medida factores relacionados con el género determinan la manera en que la mujer palestina percibe y articula sus necesidades de desarrollo y participa en las actividades conexas. La Oficina de Asuntos Jurídicos lanzó un llamamiento titulado “Régimen de tratados internacionales: invitación a la participación universal, derechos de la mujer y de la infancia”.

39. La OMS emprendió una iniciativa de investigación de la violencia sexual, con el objetivo de establecer una red de investigadores, encargados de la formulación de políticas, activistas y otros agentes, todos ellos experimentados y comprometidos con la causa, con miras a lograr que la violencia sexual se aborde desde una perspectiva multidisciplinaria y multicultural.

40. La OIT incorporó las perspectivas de género en el *Informe sobre el Empleo en el Mundo*. No hay muchas otras entidades que hayan incorporado perspectivas de género a informes de amplia difusión. La revista *Africa Renewal*, publicada por el Departamento de Información Pública, incluyó artículos sobre el adelanto de la mujer en África.

41. La red de centros de información de las Naciones Unidas cumplió una importante función a nivel regional y nacional al traducir material diverso a los idiomas locales, promover las principales publicaciones de las Naciones Unidas relativas a la mujer y proporcionar información a los medios de difusión. También proporcionó una asistencia fundamental en materia de información al sistema de las Naciones Unidas durante la observancia anual del Día Internacional de la Mujer y del Día Internacional de la Eliminación de la Violencia contra la Mujer.

42. Mediante sus innovadores productos impresos, en línea y audiovisuales, el Departamento de Información Pública ha contribuido a la toma de conciencia sobre la igualdad entre los géneros y la potenciación de la mujer. Las páginas web interactivas del ciberbús escolar dedicadas al Día Internacional de la Mujer permitieron a jóvenes de ambos sexos hacer referencia a mujeres y niñas que les han inspirado. En documentales de televisión especiales, producidos por el programa “Las Naciones Unidas trabajan para usted” y dirigidos a los jóvenes, se puso de relieve la penosa situación de las jóvenes y mujeres indígenas víctimas de las minas terrestres. El Departamento también incorporó las perspectivas de género en el material de prensa y los mensajes destinados a las principales conferencias y cumbres, como la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible, el Año Internacional del Agua Dulce, la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información, el Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas y los períodos de sesiones anuales de la Comisión sobre el Desarrollo Sostenible.

43. Muchas entidades se valieron de campañas en los medios de difusión y de las tecnologías de la información y la comunicación para promover la igualdad entre los géneros y el adelanto de la mujer. La Comisión Económica y Social para Asia y el Pacífico puso en marcha campañas encaminadas a fomentar la toma de conciencia sobre el género y mejorar la imagen de la mujer en la sociedad. La red regional integrada de información, que es un servicio de noticias humanitarias independiente que funciona bajo la dirección de la Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios y que abarca a 46 países de África al sur del Sáhara y ocho del Asia central, presentó periódicamente reportajes sobre la mujer y otros temas desde una perspectiva de género⁴. Las oficinas sobre el terreno de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos recurrieron a la

radio y la televisión para crear conciencia de los derechos de la mujer, con inclusión del tema de la violencia contra la mujer. La División de Administración Pública y de Gestión del Desarrollo elaboró un portal de la consolidación de la paz, sitio web interactivo que contiene 200 reseñas de organizaciones que trabajan principalmente en el ámbito de la mujer y el género en la consolidación de la paz en el África al sur del Sáhara. La Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) inició en octubre de 2003 una nueva página web para señalar a la atención del público las actividades en materia de género y propiedad intelectual.

44. En las entidades de las Naciones Unidas se han establecido varios fondos fiduciarios para apoyar la realización de actividades en pro de la igualdad entre los géneros. Por ejemplo, el Fondo Fiduciario para la Incorporación de la Cuestión de Género en el Banco Mundial, con donaciones de los Gobiernos de Noruega y los Países Bajos, prestó su apoyo a numerosas actividades innovadoras, tales como atender a las diferentes necesidades de los hombres y las mujeres en la reconstrucción posterior al conflicto en la República Democrática del Congo, y otras actividades destinadas a grupos de hombres de alto riesgo en el proyecto de prevención del VIH/SIDA en el Senegal, Gambia y Burkina Faso. En 2003, la OIT creó el Fondo de Colaboración para la Igualdad entre los Géneros para que prestara asistencia a beneficiarios de más de 25 países en la aplicación del objetivo de política compartido de la OIT de igualdad entre los géneros.

45. El FMI informó de que en su asesoramiento en materia de política había procurado mejorar la calidad de los gastos públicos desviando recursos destinados a gastos militares excesivos (tal como se solicita en la Plataforma de Acción) para dedicarlos a gastos de infraestructura, enseñanza básica y atención de la salud. En la ejecución de la iniciativa en favor de los países pobres muy endeudados, el FMI y el Banco Mundial ayudaron a los países a fijarse objetivos, por ejemplo, en relación con las tasas de matrícula de niñas en las escuelas primarias, como condición para la concesión de recursos para el alivio de la deuda en forma irrevocable.

46. Algunas entidades promovieron la incorporación de la perspectiva de género en los procesos intergubernamentales. La Oficina de Políticas y Planificación del Desarrollo del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, que presta servicios al Comité de Políticas de Desarrollo, informó que había facilitado al Comité documentos analíticos en los que se incorporaban las perspectivas de género y se hacía uso de datos desglosados por sexo. En el informe del Secretario General sobre las medidas adoptadas y los progresos alcanzados en el seguimiento de la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General (A/59/214) se hizo hincapié en el aumento cuantitativo de las referencias a la mujer y a la igualdad entre los géneros en los informes presentados a las diversas comisiones de la Asamblea, pero se señaló al mismo tiempo que se había prestado poca atención cualitativa a las perspectivas de género. En muchos informes sólo se habían mencionado someramente, y pocos informes contenían un análisis sólido en torno al género o recomendaciones sobre nuevas medidas.

47. En el lanzamiento del Año Internacional del Microcrédito de 2005, en noviembre de 2004, la Oficina del Alto Representante para los Países Menos Adelantados, los Países en Desarrollo sin Litoral y los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo organizaron conjuntamente con el Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola una mesa redonda sobre el tema "Fomento del papel de la mujer mediante

el microcrédito”. En el 11° período de sesiones de la UNCTAD, celebrado en junio de 2004, la Conferencia organizó un debate de mesa redonda de alto nivel sobre el tema del comercio y el género.

D. Entidades especializadas en la promoción de la igualdad entre los géneros

48. La Oficina de la Asesora Especial en Cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer, la División para el Adelanto de la Mujer del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, el UNIFEM y el Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación para la Promoción de la Mujer han prestado un apoyo catalítico para la aplicación de la Plataforma de Acción, tanto directamente a los Estados Miembros como a las entidades de las Naciones Unidas para el desarrollo de sus actividades. Esto ha abarcado el apoyo a las labores de promoción, asesoramiento y apoyo, en especial en materia de investigación sobre la incorporación de la perspectiva de género, la prestación de recursos y el desarrollo de actividades experimentales.

49. La Oficina de la Asesora Especial en Cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer, en colaboración con otras entidades de las Naciones Unidas, ha promovido, facilitado y supervisado la incorporación de la perspectiva de género en todo el sistema de las Naciones Unidas. La Asesora Especial organizó sesiones informativas y prestó asesoramiento al personal directivo superior de todo el sistema a fin de fomentar una mayor comprensión de la incorporación de la perspectiva de género y contribuir al desarrollo de actividades, metodologías e instrumentos en materia de creación de capacidad. Se prepararon notas informativas sobre la incorporación de la perspectiva de género en los distintos ámbitos, en colaboración con otras entidades. En cooperación con la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito y con la División para el Adelanto de la Mujer, la Asesora Especial preparó notas informativas sobre la lucha contra las drogas y la delincuencia y la prevención del delito. La Oficina cumplió una función catalítica en el ámbito de la mujer y la paz y la seguridad, organizó periódicamente sesiones informativas y proporcionó material sobre la incorporación de la perspectiva de género a los Representantes Especiales del Secretario General que dirigen misiones de mantenimiento y de consolidación de la paz.

50. La División para el Adelanto de la Mujer colaboró estrechamente con los gobiernos, sus asociados en el sistema de las Naciones Unidas y la sociedad civil en la tarea de apoyar la aplicación de la Plataforma de Acción, entre otras cosas, mediante una estrategia de incorporación de la perspectiva de género. Para apoyar la labor de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer, la División para el Adelanto de la Mujer organizó reuniones de grupos de expertos para reunir conocimientos sobre las nuevas cuestiones y tendencias surgidas en relación con los temas del programa multianual de trabajo de la Comisión. Como parte de su programa de cooperación técnica, la División organizó ejercicios de creación de capacidad en materia de negociación y mediación para 70 mujeres dirigentes de África a fin de apoyar su integración en negociaciones de paz oficiales. En cooperación con la Comisión Económica para África y la Oficina de Coordinación y Apoyo al Consejo Económico y Social del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, la División organizó seminarios en Namibia y el Senegal sobre el fortalecimiento de los mecanismos nacionales mediante la utilización eficaz de las tecnologías de la información y las comunicaciones. A fin de reforzar la capacidad de los gobiernos y

otras entidades de dar cumplimiento a la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer, la División organizó seminarios y coloquios de capacitación regionales en Viena (1999), Bangkok (2002), Arusha (2003) y Nassau (Bahamas) (2004).

51. El UNIFEM prestó asistencia financiera y técnica a programas de derechos humanos, participación política y seguridad económica de la mujer, por ejemplo, contribuyendo a la creación de un sistema nacional de estadísticos en México que supervisa la ejecución de los programas nacionales relativos a la igualdad de oportunidades y el adelanto de la mujer; produciendo dos ediciones de “El progreso de las mujeres en el mundo” (2000 y 2002), y abordando el tema de la mujer, la guerra y la paz, y las dimensiones de género de los objetivos de desarrollo del Milenio. Para aumentar el acceso a la información sobre las mujeres, la paz y la seguridad, el UNIFEM creó un portal web (www.womenwarpeace.org), que ofrece una base de datos centralizada de una amplia variedad de fuentes, con enlaces a informes y datos del sistema de las Naciones Unidas, académicos, organizaciones no gubernamentales y medios de difusión. El objetivo del portal es seguir los progresos alcanzados en la aplicación de la resolución 1325 (2000) del Consejo de Seguridad y alentar a investigadores, encargados de la formulación de políticas, analistas y organizaciones no gubernamentales a que en forma sistemática incluyan, busquen y aporten información y análisis sobre las mujeres, la guerra y la paz.

52. El INSTRAW ha promovido la igualdad entre los géneros y el adelanto de la mujer en todo el mundo mediante la investigación, la capacitación y la recopilación y difusión de información. Por ejemplo, el Instituto elaboró un documento sobre el género en los conflictos y en la prevención de conflictos que proporcionó un marco de referencia para el análisis de las perspectivas de género en la paz y la seguridad. En su sitio web también proporcionó información sobre los aspectos de género de los conflictos y la paz. En ocasión de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento y la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible, el Instituto recopiló colecciones especiales de documentos, estableció grupos de discusión en Internet y preparó documentos de consulta en los que se resumían cuestiones importantes de política, problemas nuevos y necesidades de investigación. Un proyecto conjunto de investigación sobre el género y las tecnologías de la información y las comunicaciones proporcionó recomendaciones sobre políticas encaminadas a salvar la brecha existente entre los géneros en materia de uso de computadoras, con miras a aportar ideas a la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información.

E. Colaboración interinstitucional

53. La colaboración interinstitucional en materia de igualdad entre los géneros en las esferas nacional, regional y mundial ha continuado y se ha intensificado desde la celebración de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer. La aprobación de las conclusiones convenidas 1997/2 del Consejo Económico y Social relativas a la incorporación de una perspectiva de género proporcionó nuevo ímpetu y dio lugar a que las actividades interinstitucionales se orientaran más a la incorporación de la perspectiva de género.

54. La Red interinstitucional sobre la mujer y la igualdad entre los géneros, que tiene 60 miembros, promueve la colaboración, la coordinación y el intercambio periódico de información sobre la incorporación de la perspectiva de género en el

sistema de las Naciones Unidas. La Red se centra en fortalecer la capacidad para incorporar la perspectiva de género en las entidades del sistema de las Naciones Unidas y promueve la coherencia de los criterios y las metodologías a ese respecto. La Red también presta apoyo a los procesos intergubernamentales, en particular las principales conferencias y cumbres mundiales de las Naciones Unidas, y está presidida por la Asesora Especial en Cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer.

55. La Red desarrolla sus actividades mediante grupos de trabajo sobre temas concretos, como la incorporación de la perspectiva de género en relación con los objetivos de desarrollo del Milenio; las tecnologías de la información y las comunicaciones; la paz y la seguridad; los sistemas de evaluación común para los países y el marco de asistencia de las Naciones Unidas para el desarrollo; el comercio; el agua, y la presentación de informes sobre la supervisión, la evaluación y el rendimiento. Por ejemplo, en ocasión del 11° período de sesiones de la UNCTAD, celebrado en junio de 2004, el Equipo de tareas sobre el género y el comercio dio a conocer una publicación titulada *Trade and Gender – Opportunities and Challenges for Developing Countries*, encaminada a que los encargados de la formulación de políticas tomaran conciencia de las consecuencias del comercio en uno y otro género. La Red organizó seminarios para dar capacitación en materia de incorporación de la perspectiva de género durante sus sesiones anuales, sobre los siguientes temas: metodologías (2001); capacitación y creación de capacidad (2002); conferencias mundiales (2003), y presentación de informes y supervisión (2004).

56. Las comisiones regionales cumplieron un papel importante en la tarea de facilitar la colaboración interinstitucional a escala regional. Por ejemplo, la Comisión Económica y Social para Asia y el Pacífico preside el grupo de trabajo temático sobre la potenciación del papel de la mujer y la igualdad entre los géneros, al que también pertenecen organizaciones no gubernamentales locales y regionales y organizaciones de la sociedad civil. La CEPAL organiza anualmente una reunión entre organismos para coordinar la labor desarrollada en la región.

57. La colaboración entre organismos también ha sido fundamental para promover la igualdad entre los géneros y los derechos de la mujer a nivel nacional. Los grupos temáticos en materia de igualdad entre los géneros desempeñaron un papel importante en algunos países⁵ en la tarea de reunir recursos, facilitar el diálogo, formular estrategias y planes de acción comunes, desarrollar tareas de promoción y de sensibilización de los encargados de la formulación de políticas, funcionarios gubernamentales y personal de las Naciones Unidas y apoyar las actividades de los gobiernos.

III. Obstáculos y problemas

58. Las entidades de las Naciones Unidas han señalado la existencia de una serie de obstáculos y problemas que dificultan la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones.

59. Varias entidades consideraron que la capacitación efectiva del personal a diferentes niveles de su organización planteaba problemas. Entre los obstáculos mencionaron la elevada rotación del personal, lo limitado de los recursos financieros y humanos, el escepticismo reinante con respecto a las cuestiones de género y la falta de incentivos para participar en la capacitación. El PMA intentó superar este

problema incorporando perspectivas de género en los programas de capacitación de administradores. En el caso del PNUD, para que todos los funcionarios tuvieran la capacidad necesaria, el organismo estableció la obligatoriedad de que todos ellos recibieran la capacitación correspondiente por medio de módulos interactivos en cuestiones de género.

60. También se consideró que planteaba problemas la integración del análisis de género en el diseño, la planificación y la ejecución de programas. La ONU-Hábitat abordó esta cuestión distribuyendo un cuestionario de autoevaluación para determinar cómo afronta el personal las cuestiones de género en su trabajo cotidiano y para detectar deficiencias de capacidad. El Banco Mundial subrayó la necesidad de hacer nuevos esfuerzos para crear capacidad en esferas tales como las de política económica, desarrollo rural, protección social e infraestructura.

61. Las deficiencias de los mecanismos de presentación de informes, supervisión y evaluación siguieron constituyendo un obstáculo en la mayoría de las entidades de las Naciones Unidas. También planteaban problemas la falta de acceso y de uso de datos desglosados por sexo y de información e indicadores específicos para cada género. La FAO planteó la necesidad de contar con métodos de supervisión y evaluación que combinaran las tradicionales mediciones cuantitativas con indicadores cualitativos.

62. La falta de datos desglosados por sexo, así como la limitada inclusión de datos existentes en los análisis estadísticos de mayor difusión plantean un importante problema para la aplicación. La Comisión Económica para África subrayó que los datos desglosados por sexo eran de particular importancia para demostrar el papel fundamental de la igualdad entre los géneros en las estrategias nacionales de desarrollo y para eliminar los malentendidos persistentes y la resistencia a la incorporación de la perspectiva de género en las actividades corrientes. La OIT recalcó la necesidad de contar con mejores datos e indicadores sobre la importancia del factor género en las diferencias de ingresos de hombres y mujeres, la adopción de decisiones y el sector no estructurado de la economía.

63. La falta de estructuras establecidas para establecer responsabilidades sigue siendo uno de los principales escollos para la aplicación eficaz. Dentro del sistema de las Naciones Unidas hay pocos mecanismos que permitan establecer responsabilidades con eficacia.

64. Varias entidades hicieron hincapié en que la falta de recursos financieros seguía constituyendo una grave limitación y subrayaron la brecha existente entre sus programas de trabajo y los recursos asignados a sus presupuestos ordinarios. La Organización de Aviación Civil Internacional (OACI) expresó su preocupación por la falta de financiación para desarrollar actividades que incorporaran la perspectiva de género. Algunas entidades, incluidas las que dependían enteramente de fondos extrapresupuestarios para sus actividades de incorporación de la perspectiva de género, hicieron hincapié en los problemas que se plantean en la programación a largo plazo de las actividades y en la necesidad de establecer mecanismos de financiación previsibles. La OIT pidió que se ampliaran las partidas presupuestarias por género a fin de incorporar la perspectiva de género a todos los proyectos y programas comunes.

IV. Conclusiones y recomendaciones

65. Las entidades de las Naciones Unidas han hecho importantes avances en sus esfuerzos por apoyar la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones. La mayoría de las entidades han elaborado políticas y estrategias que tienen en cuenta el género y hecho arreglos institucionales a fin de facilitar la aplicación. Además, en la mayoría de las entidades de las Naciones Unidas existen recursos especiales en materia de género, aunque limitados en número y capacidad, para promover y apoyar la aplicación. En la mayoría de las organizaciones se llevan a cabo actividades para aumentar la conciencia del personal de las cuestiones de género. Se han elaborado y puesto en práctica instrumentos y metodologías. A pesar de esos logros, sigue habiendo escollos para la aplicación, entre ellos un grado insuficiente de toma de conciencia y de capacidad del personal a ese respecto, bajos niveles de supervisión y evaluación de actividades, así como de rendición de cuentas, falta de datos desglosados por sexo y asignación insuficiente de recursos.

66. La Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer podrá alentar a las entidades de las Naciones Unidas a que, dentro de sus respectivos mandatos, adopten las siguientes medidas:

a) Seguir apoyando a los gobiernos, así como a la sociedad civil, en sus actividades dirigidas a aplicar la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones;

b) Fortalecer los marcos de política en materia de igualdad entre los géneros y desarrollar nuevas estrategias y planes de acción con objetivos y metas mensurables y con plazos e indicadores para la supervisión y evaluación;

c) Reforzar la adhesión del personal directivo y establecer mecanismos por los cuales se haga al personal y a los directores superiores responsables de los resultados, mediante incentivos, recompensas y sanciones, incluso en el sistema de evaluación de la actuación profesional;

d) Establecer la obligatoriedad de la capacitación en cuestiones de género para todo el personal, ofrecer capacitación continua sobre cuestiones de género, entre otras cosas, integrando las perspectivas de género en los programas de capacitación de administradores, y evaluar los efectos de los programas de capacitación existentes para mejorar su eficacia;

e) Acrecentar la capacidad del personal de hacer análisis de género, y velar por que todo el personal utilice sistemáticamente el análisis de género en la formulación de políticas y en su labor programática;

f) Prestar mayor atención a las perspectivas de género en los planes a mediano plazo y presupuestos por programas, y verificar que se preste suficiente atención a las perspectivas de igualdad entre los géneros en la planificación y la asignación de recursos financieros;

g) Exigir la presentación de informes sobre los progresos alcanzados y las dificultades con que se ha tropezado en la aplicación de la Plataforma de Acción de Beijing como parte integrante de los procesos de supervisión y evaluación vigentes, y llevar a cabo las evaluaciones específicas que correspondan;

h) Aumentar el intercambio de experiencia adquirida y prácticas recomendables entre las entidades del sistema de las Naciones Unidas, así como con los gobiernos y la sociedad civil;

i) Incorporar las perspectivas de género a todos los informes presentados a órganos intergubernamentales, incluida la Asamblea General, el Consejo Económico y Social y sus comisiones orgánicas y el Consejo de Seguridad;

j) Velar por que se preste atención sistemática a las perspectivas de género en los ámbitos fundamentales, como la macroeconomía, el comercio y las inversiones internacionales, el transporte, el régimen tributario y las finanzas.

67. La Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer también podrá recomendar las siguientes medidas con respecto a los mecanismos de coordinación entre organismos:

a) Que la Red interinstitucional sobre la mujer y la igualdad entre los géneros prosiga su labor en materia de elaboración de políticas, creación de capacidad, desarrollo de metodologías e instrumentos, intercambio de prácticas recomendables, formulación de procesos de supervisión y evaluación eficaces y prestación de apoyo práctico a sus miembros en la incorporación de la perspectiva del género, y presentar informes anuales a la Junta de los jefes ejecutivos del sistema de las Naciones Unidas para la coordinación;

b) Que todos los mecanismos interinstitucionales presten atención a las perspectivas de género en su labor.

Notas

¹ Hay otros ejemplos de actividades llevadas a cabo por las entidades del sistema de las Naciones Unidas en informes anteriores presentados por el Secretario General a la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer (E/CN.6/1997/2, E/CN.6/1998/2, E/CN.6/1999/2, E/CN.6/2000/2, E/CN.6/2001/2, E/CN.6/2002/2, E/CN.6/2003/2, E/CN.6/2004/3), el Consejo Económico y Social (E/1997/66, E/1998/53, E/1999/54, E/2000/77, E/2001/78, E/2004/59) y la Asamblea General (A/51/322, A/52/281, A/53/308, A/54/264, A/55/293 y A/56/319).

² Algunos de los colaboradores asociados son los siguientes: Center for Women's Global Leadership (CWGL), Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), Campaña Mundial de Educación, Global Campaign for Microbicides (GCM), HelpAge, Centro Internacional de Investigación sobre la Mujer, Comunidad Internacional de Mujeres con VIH/SIDA (ICW), International Partnership for Microbicides, Federación Internacional de Planificación de la Familia (FIPF), Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM), Organización Mundial de la Salud (OMS) y Asociación Cristiana Femenina Mundial (ACF).

³ <http://www.eclac.org/mujer>.

⁴ <http://www.irinnews.org>.

⁵ En mayo de 2003 había 86 grupos temáticos en materia de igualdad entre los géneros en 78 de las 135 oficinas del PNUD en los países, lo que representa un aumento respecto de las 58 que había en 1998.

22 de diciembre de 2004
Español
Original: inglés

Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

49º período de sesiones

28 de febrero a 11 de marzo de 2005

Tema 3 c) del programa provisional

Seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer y del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI”: consecución de los objetivos estratégicos, adopción de medidas en las esferas de especial preocupación y medidas e iniciativas ulteriores

Guía para el debate de la mesa redonda de alto nivel de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer

Nota de la Mesa de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer*

I. Aspectos de organización y formato

A. Antecedentes

1. Tras la decisión tomada por la Comisión en su 46º período de sesiones, celebrado en 2002 (decisión 46/101), de celebrar mesas redondas de alto nivel a partir de su 47º período de sesiones, celebrado en 2003, la Comisión continúa organizando estas actividades. La Comisión autorizó a su Mesa para que adoptara decisiones, después de consultar con todos los Estados Miembros interesados por conducto de los grupos regionales, respecto del número, el calendario y el tema de esas mesas redondas. La Comisión celebró dos mesas redondas de alto nivel, la primera el 4 de marzo de 2003, durante su 47º período de sesiones, y la segunda el 1º de marzo de 2004, durante su 48º período de sesiones.

2. En consulta con los grupos regionales y en las reuniones oficiosas de la Comisión celebradas el 23 de junio, el 20 de julio y el 14 de septiembre de 2004, la Mesa de la Comisión elaboró un programa de trabajo para el 49º período de sesiones que

* La presentación de este documento se retrasó en espera de los resultados de las consultas oficiosas que celebraba la Comisión.

incluye una mesa redonda de alto nivel sobre innovaciones en las disposiciones institucionales para promover la igualdad entre los géneros a nivel nacional. La presente guía para el debate ha sido elaborada por la Mesa como marco general para la mesa redonda de alto nivel.

3. La División para el Adelanto de la Mujer organizó una reunión del grupo de expertos sobre el tema “La función de los mecanismos nacionales en la promoción de la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer: logros alcanzados, carencias y desafíos”, celebrada en Roma del 29 de noviembre al 2 de diciembre de 2004. Uno de los principales objetivos de la reunión fue identificar los distintos tipos de mecanismos oficiales establecidos a nivel nacional y las funciones específicas ejercidas en la formulación, aplicación y supervisión de las estrategias nacionales de promoción de la igualdad entre los géneros y potenciación del papel de la mujer y, en particular, en favor de la incorporación de las cuestiones de género en todas las esferas políticas nacionales.

B. Objeto de las mesas redondas de alto nivel

4. Como se establece en la decisión 46/101, el objeto de las mesas redondas de alto nivel es seguir ampliando las oportunidades para el intercambio de experiencias nacionales durante el período de sesiones anual de la Comisión, en particular en lo que respecta a la aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, y mejorar sus métodos de trabajo. Las mesas redondas contribuyen a centrar más la atención de la Comisión en la aplicación práctica de la Plataforma de Acción de Beijing y del documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General.

5. De conformidad con la resolución 57/270 B de la Asamblea General, de 23 de junio de 2003, las mesas redondas de alto nivel servirán para promover el intercambio de las mejores prácticas y la experiencia adquirida, determinar los obstáculos y las dificultades con que se tropieza en el contexto de la aplicación y para tomar conocimiento de los nuevos problemas y cuestiones que se planteen.

C. Tema

6. El tema de la mesa redonda de alto nivel del 49º período de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer es “Innovaciones en las disposiciones institucionales para promover la igualdad entre los géneros a nivel nacional”. Durante la última década, los mecanismos nacionales se han centrado cada vez más en la promoción de las cuestiones relativas a la mujer para alcanzar los objetivos de la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer. Además, se han creado a nivel nacional nuevos mecanismos, entre ellos, comisiones para la igualdad entre los géneros, centros de coordinación de las cuestiones de género, grupos parlamentarios oficiosos y promotores de la igualdad entre los géneros. Es importante que la Comisión delibere sobre los logros y los desafíos de estos nuevos mecanismos y su interrelación con los mecanismos nacionales ya existentes, como los ministerios de asuntos de la mujer, y que determinen las medidas necesarias para mejorar esos mecanismos.

D. Participantes

7. La mesa redonda de alto nivel ofrecerá una oportunidad para el diálogo entre representantes de alto nivel, incluidos los ministros de asuntos de la mujer y los directivos de otros mecanismos nacionales, así como representantes de alto nivel de comisiones de mujeres y de promoción de la igualdad entre los géneros y otros organismos dedicados al adelanto de la mujer que asistan al 49º período de sesiones de la Comisión. En la mesa redonda de alto nivel podrán participar otros miembros de la Comisión y observadores. También se invitará a participar en el diálogo a altos funcionarios de entidades del sistema de las Naciones Unidas y a representantes de organizaciones no gubernamentales.

E. Plan de organización

8. Con objeto de permitir la interacción entre los participantes en la mesa redonda, se celebrarán simultáneamente dos sesiones paralelas sobre el mismo tema. La mesa redonda de alto nivel consistirá en un intercambio libre de opiniones sobre las experiencias, enseñanzas, las prácticas idóneas y las carencias y dificultades existentes en el plano nacional. Los debates serán dirigidos de manera proactiva para asegurar la interacción. Se invitará a los participantes a presentar comentarios breves, formular preguntas o responder a los oradores anteriores, en lugar de leer declaraciones elaboradas con anterioridad. Las intervenciones serán de tres minutos como máximo. La brevedad de las aportaciones permitirá que todos los participantes tomen la palabra.

9. Tras una breve introducción sobre las deliberaciones de la reunión del grupo de expertos a cargo de sus presidentas, la primera mitad de la mesa redonda se dedicará al diálogo entre los representantes de alto nivel de los gobiernos. En la segunda mitad de la mesa redonda, altos funcionarios de las entidades de las Naciones Unidas y representantes de organizaciones no gubernamentales de todas las regiones serán invitados a participar en el diálogo.

F. Lugar y fecha de celebración

10. La mesa redonda de alto nivel tendrá lugar en la Sede de las Naciones Unidas en Nueva York, el 28 de febrero de 2005, de las 15.00 a las 18.00 horas, como parte del 49º período de sesiones de la Comisión.

G. Documento final

11. El resumen de la presidenta de la mesa redonda de alto nivel se incluirá en el informe de la Comisión sobre su 49º período de sesiones.

II. Elementos para el debate de la mesa redonda de alto nivel

A. Antecedentes

12. El tema propuesto para la mesa redonda de alto nivel se ajusta a los mandatos de la Plataforma de Acción y al documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, así como a la resolución 57/270 B de la Asamblea General, titulada “Aplicación y seguimiento integrados y coordinados de las decisiones adoptadas en las grandes conferencias y cumbres de las Naciones Unidas en las esferas económica y social”. Responde asimismo, a lo dispuesto en la resolución 2001/4 del Consejo Económico y Social sobre el proyecto de programa de trabajo multianual, en que se pidió a la Comisión que tomara en consideración la creación de capacidad institucional.

13. Los mecanismos institucionales para promover el adelanto de la mujer son una de las 12 esferas de especial preocupación de la Plataforma de Acción de Beijing, que propuso objetivos estratégicos con medidas concretas para crear y fortalecer los mecanismos nacionales. Según la Plataforma de Acción, un mecanismo nacional es un organismo central de coordinación de políticas encargado de funciones de promoción de políticas, fomento de la incorporación de las cuestiones de género y supervisión y evaluación del progreso. La Plataforma de Acción propuso que los gobiernos adoptaran, entre otras, las siguientes medidas: alentar y promover la participación activa de la amplia y diversa gama de agentes institucionales en los sectores público, privado y voluntario, a fin de trabajar por la igualdad entre la mujer y el hombre, e informar periódicamente a los órganos legislativos acerca del progreso alcanzado, según proceda, en la aplicación de las medidas encaminadas a incorporar la problemática del género.

14. El capítulo V de la Plataforma de Acción de Beijing, “Disposiciones institucionales”, destacó la importancia de los mecanismos nacionales, en particular, para la aplicación de la propia Plataforma y reafirmó que la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer debe desempeñar una función central en la vigilancia de su aplicación.

15. El documento final del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General, titulado “La mujer en el año 2000: igualdad entre los géneros, desarrollo y paz para el siglo XXI” también trató la cuestión del desarrollo institucional destacando que en muchos países se han creado o fortalecido diversos mecanismos nacionales que han sido reconocidos como la base institucional que actúa como impulsora de la igualdad entre los géneros, la incorporación de una perspectiva de género y la supervisión de la aplicación de la Plataforma de Acción. Pese a que se ha avanzado desde el punto de vista de la visibilidad, la consideración, la extensión y la coordinación de las actividades de estos mecanismos, también se observaron obstáculos para la efectividad de los mecanismos nacionales en numerosos países, entre los que cabe señalar la insuficiencia de recursos humanos y financieros, la falta de voluntad y de compromiso políticos al más alto nivel, la insuficiente comprensión de la igualdad entre los géneros y la incorporación de la perspectiva de género en las estructuras gubernamentales, la falta de mandatos claros y los problemas estructurales y de comunicación de los organismos oficiales.

B. Guía para el debate

16. Durante la mesa redonda de alto nivel, las intervenciones deberán centrarse en las innovaciones de las disposiciones institucionales, entre las que podrían incluirse las siguientes:

a) Los cambios en la condición y la situación de los mecanismos nacionales, incluidos los cambios en el entorno político que hayan apoyado o limitado la función de los mecanismos nacionales;

b) El entorno normativo y los factores políticos que respaldan la creación de nuevos mecanismos. Los distintos tipos de mecanismos nacionales y sus respectivas funciones en la formulación, la aplicación y la supervisión de las estrategias nacionales para la promoción de la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer y, en particular, para facilitar la incorporación de las cuestiones de género en todos los ámbitos de las políticas nacionales;

c) Los tipos de interrelación entre los distintos mecanismos nacionales, las buenas prácticas de sinergia y colaboración, y las limitaciones experimentadas durante la última década;

d) Los logros, las carencias y las dificultades de cada uno de los mecanismos, así como las estrategias para aprovechar los logros y solucionar las deficiencias y las posibilidades de mejorar las funciones de cada mecanismo en la promoción de estrategias para alcanzar la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer en la próxima década;

e) Las prioridades y estrategias futuras para los distintos tipos de mecanismos nacionales dedicados a la promoción de la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer.

17. Las preguntas orientativas relativas a las instituciones incluidas en el cuestionario remitido a los Estados Miembros para la preparación del examen y la evaluación estipulados en el programa de trabajo multianual de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer en 2005 también podrían servir de orientación para el debate de la mesa redonda de alto nivel:

a) ¿Qué mecanismos nacionales existen para promover la igualdad entre los géneros y potenciar el papel de la mujer (por ejemplo, ministerios, comisiones nacionales, comités o comisiones parlamentarios)? ¿Qué mandatos y recursos tiene cada organismo y cómo trabajan en conjunto? Describa la localización de los mecanismos nacionales y el acceso a los procesos de adopción de decisiones. ¿Cuáles son los principales asociados de los mecanismos nacionales? ¿Qué redes se han establecido y qué grado de eficacia tienen? ¿De qué recursos disponen los mecanismos nacionales en cuanto a personal y apoyo financiero? ¿Qué porcentaje de los recursos financieros proviene de donantes internacionales o bilaterales?

b) ¿Se han establecido centros de coordinación de las cuestiones de la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer en los ministerios sectoriales y, en caso afirmativo, en qué ministerios? ¿Qué apoyo prestan los ministerios? ¿Qué apoyo (capacitación, asesoramiento, etc.) proporcionan los mecanismos nacionales? ¿Qué grado de eficacia tienen esos centros de coordinación?

c) ¿Qué función desempeñan las distintas partes interesadas? Por ejemplo, ¿qué papel desempeña el Parlamento en la promoción y supervisión de la igualdad

entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer? ¿Cómo podría reforzarse ese papel? Describa el papel de las organizaciones no gubernamentales en la planificación y ejecución de las actividades de seguimiento. ¿Las organizaciones no gubernamentales participan oficialmente en los mecanismos de seguimiento de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer?
